



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI
GERÊNCIA DE PREGÃO E REGISTRO DE PREÇO - GPRP

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900
Telefone: - (86) 3216-3239 - <http://www.seduc.pi.gov.br/licitacoes> - pregaoseducpi@gmail.com

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

Processo Administrativo n. 00011.044987/2022-69 - Licitatório

Processo Administrativo n. 00011.055916/2021-19 - Contratação para o Ensino Básico

Processo Administrativo n. 00011.042932/2021-33 - Contratação para o Ensino do Tempo Integral

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC/PI**, por meio da **Gerência de Pregão e Registro de Preço - GPRP**, sediada na Av. Pedro Freitas, S/N, Centro Administrativo, Blocos D e F, CEP 64018-900, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 10.520/2002, dos Decretos Federais n. 10.024/2019, n. 7.746/2012 e 8.538/2015, da Instrução Normativa SLTI/MP n. 01, de 19/01/2010, da Instrução Normativa SEGES/MP n. 03, de 26/04/2018, da Lei Complementar n. 123/2006, das Leis Estaduais n. 6.301/2013, n. 6.735/2015 e n. 7.482/2021, e do Decreto Estadual 16.212/2015, **aplicando-se de forma subsidiária, além da legislação federal acima**, a Lei nº 8.666/93, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data início de Acolhimento: 29/11/2022

Horário: 08:00

Data Abertura de propostas: 12/12/2022

Horário: 09:00

Data Rodada de Lances: 12/12/2022

Horário: 09:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por item

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de material didático para a formação de kit pedagógico para os estudantes matriculados nas Escolas do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Escolas do Tempo Integral da Rede Pública do Estado do Piauí**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 O valor global previsto para a contratação é de **R\$ 5.569.549,20 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil quinhentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)**.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Está previsto recursos no valor total de **R\$ 5.569.549,20 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil quinhentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)**, sendo **R\$ 470.580,72 (quatrocentos e setenta mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e dois centavos)** proveniente de fonte de recursos próprios do Tesouro Estadual/Fundef, através da Ação Orçamentária 14.102.12.361.0002.2955 - Apoio ao Educando - Ensino Fundamental; **R\$ 4.235.226,52 (quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos)** proveniente de fonte de recursos próprios do Tesouro Estadual/Fundef, através da Ação Orçamentária 14.102.12.361.0002.2956 - Apoio ao Educando - Ensino Médio; **R\$ 409.248,68 (quatrocentos e nove mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos)** proveniente do Recurso Fonte 110/MEC da Ação Orçamentária 14.102.12.368.0002.1957, através do Programa de Fomento à Implementação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, Sub-ação 3.16 do Plano de Trabalho 2020/2022; e **R\$ 454.493,28 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos)** proveniente de Recursos próprios do Tesouro Estadual/Fundef da Ação Orçamentária 14.102.12.368.0002.1957 - Ensino Médio Tempo Integral.

2.2. Natureza do elemento da despesa: 33.90.30;

Fonte 100/FUNDEF - Total de **R\$ 5.160.300,52 (cinco milhões, cento e sessenta mil e trezentos reais e cinquenta e dois centavos)**

Fonte 110/MEC - Total de **R\$ 409.248,68 (quatrocentos e nove mil duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos)**

Está previsto recursos de **R\$ 5.569.549,20 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil quinhentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)**, nas seguintes Ações Orçamentárias: **Ação Orçamentária: 14.102.12.361.0002.2955 - Apoio ao educando - Ensino Fundamental**, **Ação Orçamentária: 14.102.12.361.0002.2956 - Apoio ao educando - Ensino Médio** e **Ação Orçamentária: 14.102. 12. 368.0002.1957 - Ensino Médio Tempo Integral, em específico**, no Programa de Fomento à Implementação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), Sub-ação 3.16 do Plano de Trabalho 2020/2022.

2.2.1 Natureza do elemento da despesa: **33.90.30; Fonte 100/FUNDEF, Fonte 110/MEC.**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Para os **itens 2, 4, 6, 8 e 10**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.2.8 Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8 Que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.6.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1 Não havendo pelo menos **03 (três) ofertas** nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de **03 (três)**, oferecer um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de **03 (três)**, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.13 Não serão aceitos **02 (dois) ou mais lances de mesmo valor**, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira

colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos objetos produzidos

7.25.1 No país;

7.25.2 Por empresas brasileiras;

7.25.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

7.27.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para

contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **02 (duas) horas** sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

8.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.7 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;>);

e) Cadastro de Impedidos de Contratar - TCE-PI (<https://sistemas.tce.pi.gov.br/EmissaoDeCertidoes/consultarCertidao.xhtml>);

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;

9.5.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade

técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10 Ressalvado o disposto no **item 5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.11 Habilitação Jurídica:

9.11.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.5 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.11.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.12.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.13 Qualificação Econômico-Financeira:

9.13.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.13.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de **03 (três) meses** da data de apresentação da proposta.

9.13.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.13.2.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.13.2.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.13.3 Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

9.13.3.1 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a **01 (um)** em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.14 Qualificação Técnica:

9.14.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, contendo as seguintes características mínimas:

a) Apresentação de no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica for **20% (vinte por cento)** do objeto ou similar, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do Termo de Referência;

b) A licitante poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo acima citado.

c) Os atestados deverão dizer respeito a contratos executados;

e) A exigência pela apresentação de atestados técnicos no percentual descrito se faz necessário para resguardar a administração pública no sentido de garantir a execução do contrato e, conseqüentemente, atender as demandas da SEDUC-PI e tal exigência não compromete a competitividade do certame.

9.14.2 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.15 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.15.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.16 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.17 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.18 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.19 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.20 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.21.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.22 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **até 02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas, ou atestadas por assinatura eletrônica, pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

10.1.3 Conter as especificações técnicas do(s) objeto(s), que deverão estar em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, sendo necessária a indicação de marca e modelo do referido(s) objeto(s);

10.1.4 Conter informações e dados da empresa e do representante legal;

10.1.5 Atender o prazo de vigência da proposta de 90 (noventa) dias.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo de 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 **Poderá ser exigida a prestação de garantia na presente contratação**, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1 Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes do Termo de Referência.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2 O adjudicatário terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1 O Contrato será assinado na forma eletrônica através link disponibilizado no email do representante legal do adjudicatário, cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), depois de realizar o login (usuário e senha), conforme procedimentos abaixo:

- a) Na coluna "Ações da Tela Controle de Acessos Externos", verificar os documentos disponibilizados para assinatura externa (símbolo "*caneta*");
- b) Na coluna "Documento Correspondente", clicar sobre o número do documento disponibilizado para realizar a leitura do seu conteúdo;
- c) Estando de acordo com o conteúdo, clicar em "*caneta*", na coluna "Ações";
- d) Na janela "Assinatura de Documento", digitar a senha de acesso ao SEI e clicar no botão "Assinar".

16.2.2 Caso a empresa não seja cadastrada no Sistema SEI, através do site da <https://www.seduc.pi.gov.br/>, através da aba "**SEI Usuário Externo**", onde poderá preencher o seu cadastro, gerando login e senha, devendo ser enviado para o email **pregaoseducpi@gmail.com** os seguintes documentos:

- a) termo de declaração de veracidade assinado pelo representante da empresa: documento a ser recebido pelo email indicado pela empresa, cujo preenchimento deverá ser feito pelo representante da empresa;
- b) Contrato social;
- c) Documento pessoais do representante da empresa (RG e CPF);
- d) Comprovante de endereço do representante.

16.2.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada implica no reconhecimento de que:

16.3.1 a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4 O prazo de vigência da contratação é conforme o Termo de Referência prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2 Apresentar documentação falsa;

21.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5 Não mantiver a proposta;

21.1.6 Cometer fraude fiscal;

21.1.7 Comportar-se de modo inidôneo.

21.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.3.2 Multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.3.4 Impedimento de licitar e de contratar com o Estado do Piauí e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**.

21.3.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

21.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

21.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a SEDUC poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.10.1 Para fins de verificação da conduta da empresa licitante ou adjudicatária na ocorrência de qualquer infração administrativa, a SEDUC seguirá os procedimentos pela Instrução Normativa n. 2/2022, de 28 de abril de 2022, publicada no DOE-PI n. 82, de 02 de maio de 2022, págs. 15 a 18.

21.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **pregaoseducpi@gmail.com**, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço e também deverá ser protocolado por meio do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), em substituição à abertura de novos processos físicos, conforme orientações:

a) Os particulares (pessoa física ou pessoa jurídica) que desejarem se utilizar do direito de petição, deverão apresentar documentos e/ou requerimentos em formato PDF através de mídia digital (CD

ou pen-drive), que será utilizada pelo servidor no momento da protocolização e em seguida devolvida ao interessado juntamente com o número do processo que foi gerado;

b) Caso a documentação a ser protocolizada neste Órgão não exceda a 10 (dez) páginas, esta poderá ser recebida no seu formato original para conversão no formato PDF e registro do processo no SEI, sendo, posteriormente, devolvida ao interessado juntamente com o número do processo que foi gerado;

c) A Supervisão de Protocolo Geral deste Órgão disponibiliza o endereço eletrônico (**protocologeral@seduc.pi.gov.br**) para recebimento de documentos e/ou requerimentos em formato PDF, para abertura de processos no SEI, desde que possa ser confirmada a autenticidade do remetente/interessado;

d) As diligências e respostas que se fizerem necessárias nos processos administrativos previstos acima, serão formuladas, preferencialmente, através do SEI ou de endereço de e-mail, devendo o requerente/interessado fornecer o endereço correspondente no documento que dará início ao processo;

e) Quando houver impossibilidade técnica de digitalização de documentos, estes serão recebidos em sua forma original, sendo posteriormente registrados no SEI;

f) Fica vedada a abertura de processos no SEI utilizando-se de documentação ilegível.

22.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame

22.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos **www.seduc.pi.gov.br/licitacoes** e **www.tce.pi.gov.br/licitacao**, sendo os autos do processo administrativo com vista franqueada aos interessados no endereço da SEDUC em horário e dias úteis, com informações a serem encaminhadas pelo e-mail **pregaoseducpi@gmail.com** e telefone **(086) 3216-3239**.

23.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1 ANEXO I - Termo de Referência Consolidado

23.12.2 ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

23.12.3 ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços

23.12.4 ANEXO IV - Minuta de Ordem de Fornecimento

Teresina (PI), 25 de novembro 2022.

Leovidio Bezerra lima Neto
Gerente de Pregão e Registro de Preços
GPRP/SEDUC-PI



Documento assinado eletronicamente por **LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO - Matr.0171745-6, Gerente**, em 25/11/2022, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6035914** e o código CRC **F2C8651A**.

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ****SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI**

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, CEP 64018-900
 Telefone - (86) 3216-3204 / 3392 - <http://www.seduc.pi.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00011.044987/2022-69

TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO**1. DO OBJETO**

1.1. Abertura de processo licitatório para **aquisição de kit pedagógico para os estudantes matriculados nas Escolas do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Escolas do Tempo Integral da Rede Pública do Estado do Piauí, conforme descrição deste Termo de Referência e seus anexos**, proporcionando condições adequadas na retomada das aulas presenciais.

Nº ITEM	BENEFÍCIO	ITENS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Ampla Participação	Caderno	Und.	324.747	11,00	3.572.217,00
02	Cota ME/EPP	Caderno	Und.	108.249	11,00	1.190.739,00
03	Ampla Participação	Caneta	Caixa c/ 50 und.	12.990	21,00	272.790,00
04	Cota ME/EPP	Caneta	Caixa c/ 50 und.	4.330	21,00	90.930,00
05	Ampla Participação	Apontador	Caixa c/ 24 und.	13.532	9,00	121.788,00
06	Cota ME/EPP	Apontador	Caixa c/ 24 und.	4.510	9,00	40.590,00
07	Ampla Participação	Lápis	Caixa c/ 144 und.	4.512	24,00	108.288,00
08	Cota ME/EPP	Lápis	Caixa c/ 144 und.	1.503	24,00	36.072,00
09	Ampla Participação	Borracha	Caixa c/ 50 und.	12.990	7,86	102.101,40
10	Cota ME/EPP	Borracha	Caixa c/ 50 und.	4.330	7,86	34.033,80
VALOR GLOBAL PREVISTO PARA LICITAÇÃO						5.569.549,20

TABELA 01 - Detalhamento do objeto:

O objeto consiste na aquisição de kit pedagógico com: 432.996 cadernos personalizados, 17.320 caixas com 50 borrachas, 18.042 caixas com 24 apontadores de lápis, 6.015 caixas com 144 lápis e 17.320 caixas com 50 canetas, que serão distribuídos para as **Escolas do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Escolas do Tempo Integral da Rede Pública do Estado do Piauí**.

TABELA 01 - DETALHAMENTO DO OBJETO: Aquisição de kit pedagógico						
ITEM Nº	Especificação do item	Unidade de Medida	Quantitativo que compõe o kit pedagógico por aluno	Quantidade total da Aquisição	Valor médio unitário (R\$)	Valor médio total (R\$)
01	Caderno Personalizado: Caderno universitário espiralado, com 200 folhas, (Contadas as divisórias), formato: 200mm x 275mm, com 12 divisórias de matérias pautado e margeado frente e verso com capa e contracapa dura personalizadas com logo e frase opcional. Personalização conforme FIGURA 01.	Unidade	02	432.996	11,00	R\$ 4.762.956,00
02	Caneta esferográfica (caixa com 50 unid)- material: plástico	caixa	04	17.320	21,00	R\$ 363.720,00

	reciclado, quantidade cargas: 1 un, material ponta: latão com esfera de tungstênio, tipo escrita: média, cor tinta: azul, características adicionais: corpo sextavado, transparente e orifício lateral.	(50 und)				
03	Apontador lápis (caixa com 24 und): material: plástico, tipo: escolar, cor: variada, tamanho: médio, quantidade de furos: 1, características adicionais: com depósito redondo.	caixa (24 und)	02	18.042	9,00	R\$ 162.378,00
04	Lápis (caixa com 144 und): lápis preto, material corpo: madeira, diâmetro carga: 2mm, dureza carga: hb, formato corpo: cilíndrico, características adicionais: nº 2, material carga: grafite.	caixa (144 und)	04	6.015	24,00	R\$ 144.360,00
05	Borracha (caixa com 50 und): Apagadora escrita, material borracha, comprimento: 34mm, Largura: 23mm, altura: 8mm, cor: branca.	caixa (50 und)	04	17.320	7,86	R\$ 136.135,20
Valor total (R\$):						R\$ 5.569.549,20

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A educação é uma das bases mais importantes quando falamos em transformar a vida de crianças e jovens, desenvolvendo condições para que eles consigam vislumbrar um futuro melhor e com muito mais perspectivas. Por isso, promover ações sociais que visem a integração e a promoção da inclusão social, é uma maneira de auxiliar com que mais crianças e jovens em situação de vulnerabilidade consigam desfrutar de um futuro mais digno e em nível igualitário. Assim, buscando promover equidade social e dignidade, principalmente aos estudantes em que as famílias se encontram em situação de vulnerabilidade, o Governo do Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, proporcionará o fornecimento de Kits pedagógicos. Insta destacar que, particularmente em nosso Estado, as diferenças sociais são acentuadas pelo baixo poder aquisitivo das classes menos favorecidas e visando otimizar suas ações frente às demandas da sociedade e as contradições sociais que assolam nossa região, faz-se necessária a aquisição dos materiais escolares, que são elementos de integração e de promoção da inclusão e da igualdade social, ademais os itens escolares proporcionam grande praticidade para os alunos e economicidade para os pais.

É não é demais lembrar que o acesso à educação é direito de todos e dever do Estado, conforme reza a Constituição da República Federativa do Brasil De 1988:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: V - Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; Por conseguinte, as escolas públicas estaduais abrigam alunos e alunas de diferentes idades, níveis de desenvolvimento psicossocial e estratos sociais, que devem receber do Estado atenções adequadas às suas necessidades, de modo garantir o acesso à educação gratuita e de qualidade, desde o Ensino Fundamental até a conclusão do Ensino Médio, constituído pela Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996,

Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional – LDB

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

- Dos Princípios e Fins da Educação Nacional - Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

- Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; IX - Garantia de padrão de qualidade; Do mesmo modo, atentando ao Plano Nacional de Ensino estabelecido na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Art. 2º São diretrizes do PNE: II - Universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; Nessa sina, a distribuição gratuita de Kits Escolares é uma ação social do Governo do Estado do Piauí e visa facilitar o acesso e a permanência dos alunos na escola, diminuindo a evasão e o absenteísmo originados pela dificuldade financeira das família para suportar a aquisição de material escolar, além de evitar óbices ao desempenho escolar dos alunos, resultantes de carência de material escolar, que acaba coibindo situações constrangedoras no ambiente escolar, resultantes da coexistência de alunos com rendas desiguais, que implicam desrespeito aos direitos sociais e dificultam o fortalecimento da cidadania e a formação dos educandos.

2.2. A aquisição deste objeto se justifica em face da necessidade das Escolas Públicas Estaduais de Ensino Fundamental e Ensino Médio serem escolas de referência, criadas a partir de uma política educacional comprometida com a qualidade do ensino público através do que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; as

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Resolução Nº 2 de 30 de janeiro 2012; e a Lei de Reforma do Ensino Médio, Lei Nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.

2.3. A principal intenção da unificação dos processos SEI nº 00011.055916/2021-19 e nº 00011.042932/2021-33, justifica-se pelo princípio da economicidade que vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88 e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos, deve-se atentar para a necessidade de avaliação abrangente de custo da contratação, incluindo também os custos indiretos, tais como: elaboração do Estudo Técnico Preliminar, que consome muito esforço de levantamento onde ora já foram realizados por esta secretaria, definição de minuta de contratação e realização de estimativas do mesmo segmento.

2.3.1.A administração ganha em capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva a um único mantenedor de itens semelhantes, com esse cenário existe um único interlocutor/fiscal na gestão dos contratos e um único grupo de itens, como exemplo procedimento de chamada durante o período de garantia, propiciando agilidade na resolução de problemas - com economicidade - advindos de falhas ou vícios nos materiais ou no serviço relacionados ao contrato objeto da licitação.

2.4. O quantitativo indicado neste instrumento, têm por base o Estudo Técnico Preliminar de demanda, em anexo, (4967128), no subitem (id 3281044) referente ao Kit Pedagógico Ensino Básico e (id 3711172) referente ao Kit Pedagógico Tempo Integral.

2.4.1. Cabe informar que, a metodologia apresentada no Cenário II, SEDUC Justificativa SEDUC-PI/GSE/GPRP (SEI nº 5012087), foi utilizada por ser uma medida mais usual, por isso foram realizados ajustes na tabela, por ser de maior relevância e maior frequência de execução, portanto o item unidade foi alterado para caixa, visando ser parcimonioso.

Ressalta-se que foram ajustados os valores dos quantitativos da **transformação de unidade para caixa**, de modo que, se o valor da caixa fosse igual a um inteiro e uma fração, esse valor foi arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

2.5. Com o fito de demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2004, na esfera estadual, o Decreto nº 16.212 de 05 de outubro de 2015 e Decreto Estadual nº 16.307 de 27 de novembro de 2015, o processo licitatório reservará cota de **até 25% (vinte e cinco por cento)** para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Contratação de empresa para aquisição do kit pedagógico aos alunos matriculados nas Escolas de Tempo Integral, conforme as devidas especificações e quantidades constantes na Memória de Cálculo descrita no **Anexo 2**, deste Termo de Referência, Estimava das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, deste documento. Recurso **Fonte 110/MEC** garantindo através do programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral EMTI, na subação 3.16, Plano de Trabalho reformulado em maio/2020, e **Fonte de Recursos 100/FUNDEF**.

Como também contratação de Empresa para aquisição de kit pedagógico para os alunos matriculados nas Escolas do Ensino Básico. Ressalta-se que da quantidade total de cada item será destinada aos 182.923 alunos matriculados nas Escolas Públicas Estaduais de Ensino Fundamental e de Ensino Médio do Estado do Piauí, conforme as devidas especificações e quantidades constantes na Memória de Cálculo descrita **Anexo 3** deste Termo de Referência, estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, deste documento, **Fonte de Recursos 100/FUNDEF**.

Em relação a forma de prestação de entrega, a empresa vencedora deverá reproduzir o caderno de acordo com a boneca incluída no **Anexo 1**, deste Termo de Referência, como da mesa forma a entrega dos restantes dos materiais pedagógicos no formato de **CAIXA**, consoante a SEDUC Justificativa SEDUC-PI/GSE/GPRP (SEI nº 5012087).

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4.2. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

4.3. Conforme art. 49 da LC nº 123/2006, não se aplica o disposto no item 4.4 deste Termo se:

4.3.1. Não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte localizadas em âmbito local ou regional e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

4.4. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1 O material de consumo a ser fornecido deverá ter sido produzido de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na IN nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão- SLTI/ MPOG.

5.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental

em relação aos seus similares;

5.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens será no máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar data do recebimento da Nota de Empenho devidamente assinada, em remessa única de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30min às 13h30min, no Almoxarifado da SEDUC, localizado na Rua Gibraltar nº 32, Conjunto Dirceu I, Bairro Itararé, CEP: 64.077-045, Teresina – PI.

6.2. O responsável pelo setor de Almoxarifado e Patrimônio da SEDUC/PI receberá os bens objeto deste Termo de Referência e atestará e fiscalizará a qualidade dos itens entregues.

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado realizado por técnicos das Unidades Escolares de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, estando satisfeitas as condições abaixo:

a) os produtos deverão ser entregues acompanhados da (s) respectiva (s) Nota (s) Fiscal (is) e da (s) Autorização (ões) de Fornecimento, as quais deverão discriminar os produtos, quantidades, marcas, preços unitários e totais;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, **até o dia 30 (trinta)** do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. **Não** será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.5. Comunicar a empresa quaisquer irregularidades na entrega dos materiais, para adoção de providências cabíveis.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado **no prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado(a), conforme disposto no artigo 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93, após apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelos fiscais de contrato e comprovada a regularidade da empresa, mediante consulta "online" ao sistema de cadastramento de fornecedores, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS E PIS/PASEP.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, art. 24, da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$(6 / 100) \quad I = 0,00016438$

$I = (TX) / 365 \quad I = \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. O Adjudicatário, **no prazo de 05 (cinco dias)** após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, **PODERÁ** ser acionado a prestar garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

14.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

14.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

14.2.2 seguro-garantia;

14.2.3 fiança bancária.

14.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta apresentada no contrato, com correção monetária, em favor do contratante.

14.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

14.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

14.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, **no mínimo, 06 (seis) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Cometer infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1 falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3 fraudar na execução do contrato;

16.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5 cometer fraude fiscal;

16.1.6 não mantiver a proposta.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, às seguintes sanções:

I) **Advertência por escrito** quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II) **Multa**:

a) moratória de **0,3% (três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, **até o limite de 60 (sessenta) dias** inadimplência;

b) compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

III) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

IV) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com o Estado** com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das

hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

V) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens I, III, IV e V poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

16.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser **recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se:

17.3.1. Compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu **no mínimo 20% (vinte por cento)** do objeto do Termo de Referência;

17.3.2. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado ou estar realizando o fornecimento do objeto ou similar, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo de referência;

17.3.3. O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) no mínimo, as seguintes informações: 1) Razão Social, CNPJ e dados de Contato do órgão (ou empresa) emissor; 2) descrição do objeto contratado; 3) prazo de fornecimento e; 4) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do fornecimento do objeto. Esses dados poderão ser utilizados por esta Secretaria para comprovação das informações.

17.4 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

18. ESTIMATIVA DE PREÇO E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo total estimado da contratação é de **R\$ 5.569.549,20 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil quinhentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)**, os Recursos orçamentários serão dotados da seguinte forma:

a-) Recurso Fonte 100/FUNDEF.

b-) Recurso Fonte 110/MEC.

18.2. Natureza do elemento da despesa: **33.90.30**

18.3. A metodologia adotada para obtenção dos valores estimados foi realizada nos moldes dos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020 do Ministério da Economia, utilizando-se como parâmetro as aquisições e contratações similares de outros entes públicos.

18.4. Os documentos que dão suporte à pesquisa de preços foram obtidos por meio de cotação obtida no sistema Banco de Preços, disponível no endereço eletrônico: < bancodeprecos.com.br >.

18.5. A forma de pagamento será feita em uma única parcela, após entrega dos Materiais Permanentes, conforme TABELA 01 deste Termo de Referência.

18.6. Os custos inerentes ao investimento correrão por conta do orçamento vigente no exercício financeiro da sua execução e dentro da classificação institucional programática da SEDUC-PI.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1. Está previsto recursos no valor total de **R\$ 5.569.549,20 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil quinhentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)**, sendo **R\$ 470.580,72 (quatrocentos e setenta mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e dois centavos)** proveniente de fonte de recursos próprios do Tesouro Estadual/Fundef, através da Ação Orçamentária 14.102.12.361.0002.2955 - Apoio ao Educando - Ensino Fundamental; **R\$ 4.235.226,52 (quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos)** proveniente de fonte de recursos próprios do Tesouro Estadual/Fundef, através da Ação Orçamentária 14.102.12.361.0002.2956 - Apoio ao Educando - Ensino Médio; **R\$ 409.248,68 (quatrocentos e nove mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos)** proveniente do Recurso Fonte 110/MEC da Ação Orçamentária 14.102.12.368.0002.1957, através do Programa de Fomento à Implementação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, Sub-ação 3.16 do Plano de Trabalho 2020/2022; e **R\$ 454.493,28 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos)** proveniente de Recursos próprios do Tesouro Estadual/Fundef da Ação Orçamentária 14.102.12.368.0002.1957 - Ensino Médio Tempo Integral.

19.2. Natureza do elemento da despesa: 33.90.30;

Fonte 100/FUNDEF - Total de **R\$ 5.160.300,52 (cinco milhões, cento e sessenta mil e trezentos reais e cinquenta e dois centavos)**

Fonte 110/MEC - Total de **R\$ 409.248,68 (quatrocentos e nove mil duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos)**

Está previsto recursos de **R\$ 5.569.549,20 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil quinhentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)**, nas seguintes Ações Orçamentárias: **Ação Orçamentária: 14.102.12.361.0002.2955 - Apoio ao educando - Ensino Fundamental**, **Ação Orçamentária: 14.102.12.361.0002.2956 - Apoio ao educando - Ensino Médio** e **Ação Orçamentária: 14.102.12.368.0002.1957 - Ensino Médio Tempo Integral**, em específico, no Programa de Fomento à Implementação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), Sub-ação 3.16 do Plano de Trabalho 2020/2022.

19.2. Natureza do elemento da despesa: **33.90.30; Fonte 100/FUNDEF, Fonte 110/MEC.**

Teresina (PI), 22 de novembro de 2022.

MARIA JOSÉ MENDES NETA

DIRETORA DA UNIDADE DE ENSINO E APRENDIZAGEM - UNEA

ELLEN GERA DE BRITO MOURA

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC/PI

APROVO este Termo de Referência para aquisição de material de consumo, para proporcionar a manutenção das atividades de apoio e ensino aos alunos matriculados nas Escolas Públicas Estaduais de Ensino Fundamental, Ensino

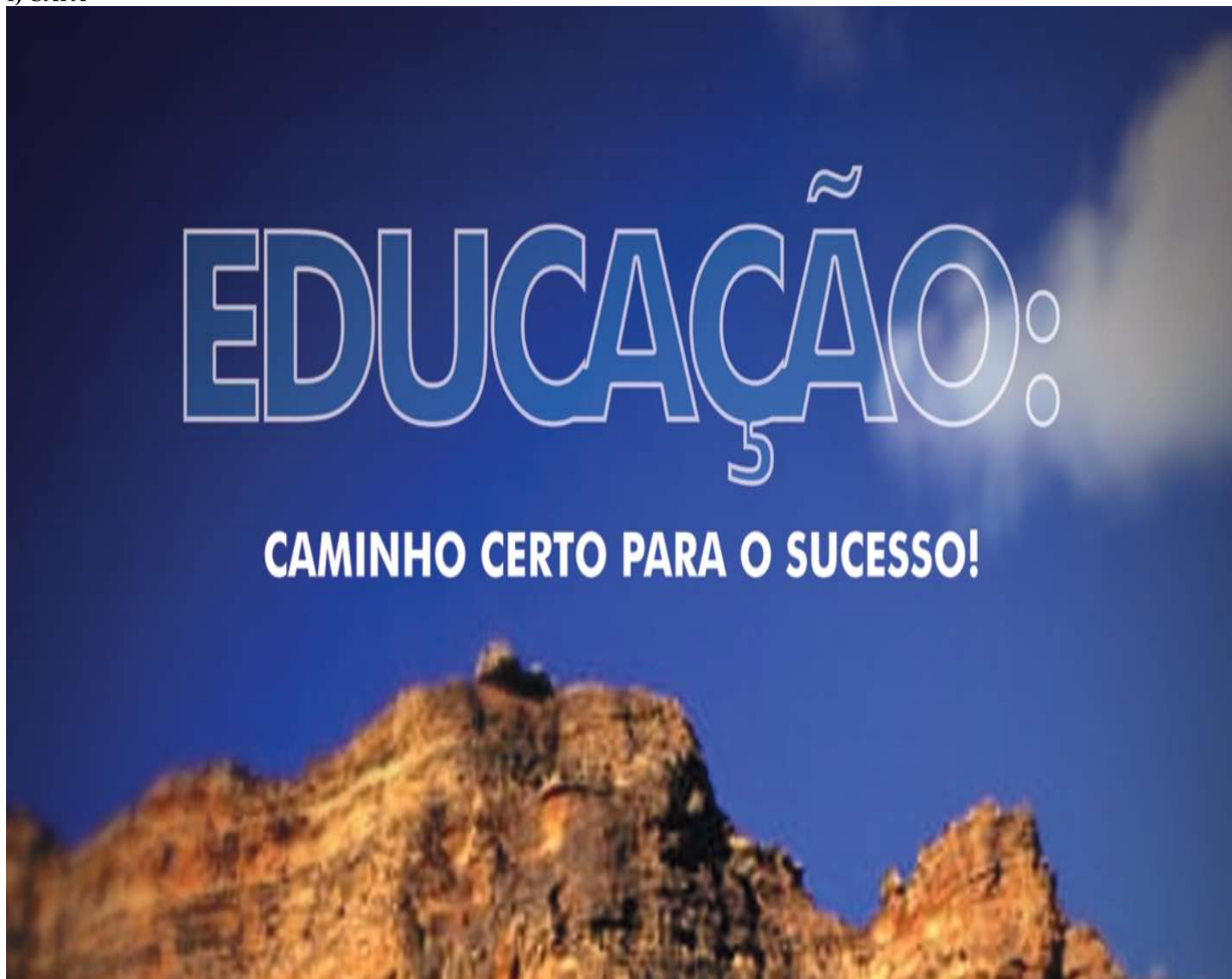
Médio e de Tempo Integral. **AUTORIZO** a abertura do certame licitatório para fins de continuidade no processo de aquisição.

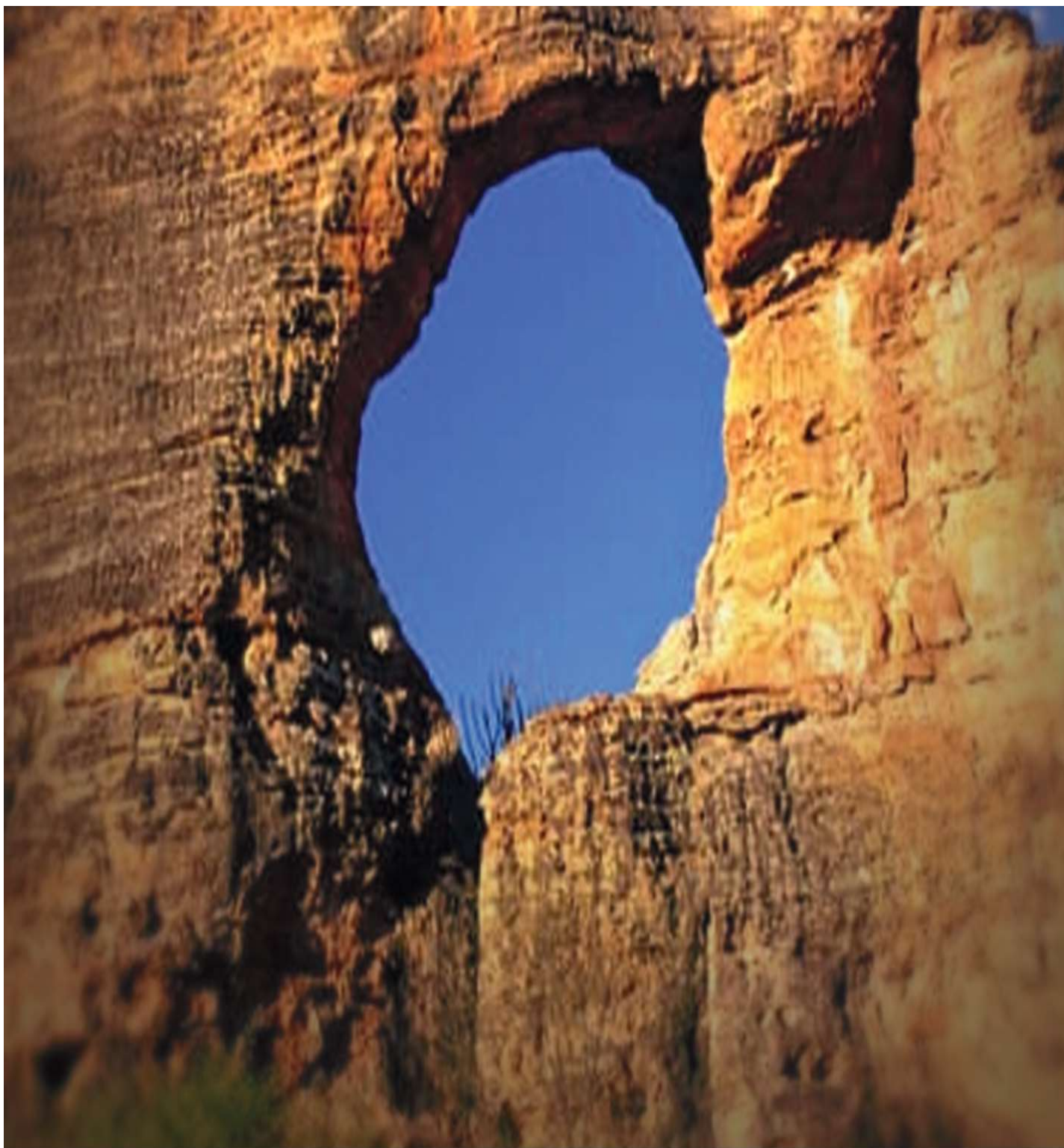
ANEXO 1

OBS: Abaixo apresentamos a arte para o caderno personalizado, e o quantitativos das Escolas do Tempo Integral e as Escolas dos Ensino Básico.

FIGURA 01 – ARTE PARA CADERNO PERSONALIZADO

D) CAPA





EDUCAÇÃO
Secretaria de Estado
da Educação / SEDUC



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

II) CONTRACAPA

Inserir especificações:
Quantidade de Matérias
Quantidade de Páginas

ANEXO 2

1- Kit Pedagógico Ensino Básico:

1.1 Quantitativo total de material por escolas do **ensino fundamental** (puras):

QUANTIDADE DE MATERIAL POR ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL (PURAS)									
ITEM Nº	GRE	MUNICÍPIO	NOME DA ESCOLA	QUANT. DE ALUNOS	CADERNO PERSONALIZADO (und)	BORRACHA (cx/50 und)	APONTADOR DE LÁPIS (cx/24 und)	LÁPIS (cx/144 und)	CANETA (cx/50 und)
1	1ª	Buriti dos	U E ZEZITA SAMPAIO	100	200	8	8	3	8

		Lopes							
2	1ª	Ilha Grande	U E JONAS CORREIA	141	282	11	12	4	11
3	1ª	Parnaíba	U E FRANCISCO CORREIA	495	990	40	41	14	40
4	1ª	Luís Correia	U E MANOEL RODRIGUES VIEIRA	340	680	27	28	10	27
5	2ª	Batalha	U E MARIA MELO	109	218	9	9	3	9
6	2ª	Matias Olímpio	U E AUGUSTO CESAR MAIA	259	518	21	22	7	21
7	3ª	Piracuruca	U E PATRONATO IRMÃOS DANTAS	544	1088	44	45	15	44
8	4ª	Teresina	U E ANITA GAYOSO	27	54	2	2	1	2
9	4ª	Teresina	U E ENGENHEIRO SAMPAIO	27	54	2	2	1	2
10	4ª	Teresina	U E TENENTE ARAUJO	116	232	9	10	3	9
11	4ª	Teresina	U E SINVAL DE CASTRO	254	508	20	21	7	20
12	4ª	Teresina	U E PROFESSORA HELENA CARVALHO	466	932	37	39	13	37
13	7ª	Valença do Piauí	U E CONEGO ACILINO	190	380	15	16	5	15
14	9ª	Picos	U E JORGE LEOPOLDO	70	140	6	6	2	6
15	11ª	Uruçuí	U E MANOEL LEAL	332	664	27	28	9	27
16	15ª	Santa Filomena	U E SAO JOSE DA ACAO SOCIAL DIV CORAÇÃO DE JESUS	144	288	12	12	4	12
17	19ª	Teresina	U E FLORISA SILVA	279	558	22	23	8	22
18	19ª	Teresina	U E PROFESSOR JOAO SOARES DA SILVA	239	478	19	20	7	19
19	19ª	Teresina	U E PROF MERCEDES COSTA	305	610	24	25	8	24
20	19ª	Teresina	U E TERESINHA NUNES	116	232	9	10	3	9
21	20ª	Teresina	U E MARECHAL RONDON	100	200	8	8	3	8
22	21ª	Teresina	U E PROFA ADAMIR LEAL	328	656	26	27	9	26
23	21ª	Teresina	U E DR AGNELO PEREIRA DA SILVA	341	682	27	28	9	27
24	21ª	Teresina	U E DEP ATILA LIRA	227	454	18	19	6	18
25	21ª	Teresina	U E FREI HELIODORIO	290	580	23	24	8	23
Total:				5.839	11.678	467	487	163	467

Fonte: Censo Escolar 2021

1.2 Quantitativo total de material por escolas do **ensino fundamental** (escolas mistas) e **médio** (puras):

QUANTIDADE DE MATERIAL POR ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL (MISTAS) E MÉDIO (PURAS)									
ITEM Nº	GRE	MUNICÍPIO	NOME DA ESCOLA	QUANT. DE ALUNOS	CADERNO PERSONALIZADO (und)	BORRACHA (cx/50 und)	APONTADOR DE LÁPIS (cx/24 und)	LÁPIS (cx/144 und)	CANETA (cx/50 und)
1	1ª	Bom Princípio do Piauí	U E DARCY RIBEIRO	306	612	24	26	9	24
2	1ª	Buriti dos Lopes	CEJA LEONIDAS MELO	749	1498	60	62	21	60
3	1ª	Buriti dos Lopes	U E PEDRO MARIANO DE FREITAS	129	258	10	11	4	10
4	1ª	Buriti dos Lopes	U E PROF LUZIA SEIXAS DE OLIVEIRA AQUINO	162	324	13	14	5	13
5	1ª	Cajueiro da Praia	U E MANOEL RICARDO	296	592	24	25	8	24
6	1ª	Caraúbas do Piauí	U E AMARO ALVES PORTELA	175	350	14	15	5	14
7	1ª	Caxingó	U E PROF MARIA DO SOCORRO SAMPAIO MARTINS	287	574	23	24	8	23
8	1ª	Cocal	U E EMILIA SOARES ARAUJO	197	394	16	16	5	16
9	1ª	Cocal	U E JOSE BASSON	611	1222	49	51	17	49
10	1ª	Cocal	CEEPRU DEPUTADO RIBEIRO MAGALHAES	243	486	19	20	7	19
11	1ª	Ilha Grande	U E MAROCAS LIMA	741	1482	59	62	21	59
12	1ª	Luís Correia	U E RAIMUNDO MIRANDA DE BRITO	459	918	37	38	13	37
13	1ª	Luís Correia	U E RICARDO AUGUSTO VELOSO	632	1264	51	53	18	51
14	1ª	Luís Correia	U E PEDRO II	335	670	27	28	9	27
15	1ª	Murici dos	U E OTAVIO ESCORCIO GOMES	460	920	37	38	13	37

		Portelas							
16	1ª	Parnaíba	CEEP LICEU PARNAIBANO	1243	2486	99	104	35	99
17	1ª	Parnaíba	CEEP MINISTRO PETRONIO PORTELLA	952	1904	76	79	26	76
18	1ª	Parnaíba	CEJA JONAS CORREIA	399	798	32	33	11	32
19	1ª	Parnaíba	U E CANDIDO OLIVEIRA	414	828	33	35	12	33
20	1ª	Parnaíba	U E DR JOAO SILVA FILHO	729	1458	58	61	20	58
21	1ª	Parnaíba	U E EDISON CUNHA	339	678	27	28	9	27
22	1ª	Parnaíba	U E EDSON DA PAZ CUNHA	459	918	37	38	13	37
23	1ª	Parnaíba	U E EPAMINONDAS CASTELO BRANCO	323	646	26	27	9	26
24	1ª	Parnaíba	U E JEANETE SOUSA	525	1050	42	44	15	42
25	1ª	Parnaíba	U E OZIAS CORREIA	577	1154	46	48	16	46
26	1ª	Parnaíba	U E PADRE RAIMUNDO JOSE VIEIRA	934	1868	75	78	26	75
27	1ª	Parnaíba	U E PROF RAQUEL MAGALHAES	366	732	29	31	10	29
28	1ª	Parnaíba	U E SENADOR CHAGAS RODRIGUES	323	646	26	27	9	26
29	1ª	Parnaíba	U E DEP FRANCISCA TRINDADE II	94	188	8	8	3	8
30	2ª	Barras	CEPRU PROF M DE JESUS CARVALHO ROCHA	634	1268	51	53	18	51
31	2ª	Barras	CEJA PROF CONRADO AMORIM DE SOUSA	330	660	26	28	9	26
32	2ª	Barras	U E GERVASIO COSTA	494	988	40	41	14	40
33	2ª	Barras	U E MATIAS OLIMPIO	224	448	18	19	6	18
34	2ª	Barras	U E HAYDEE LAGES MONTE	335	670	27	28	9	27
35	2ª	Barras	U E JOAO ODORICO	143	286	11	12	4	11
36	2ª	Batalha	U E DIRCEU ARCOVERDE	601	1202	48	50	17	48
37	2ª	Batalha	U E GAYOSO E ALMENDRA	860	1720	69	72	24	69
38	2ª	Cabeceiras do Piauí	U E VENANCIA LAGES VELOSO	957	1914	77	80	27	77
39	2ª	Campo Largo do Piauí	U E SAO JOSE	522	1044	42	44	15	42
40	2ª	Esperantina	CEEP LEONARDO DAS DORES	1002	2004	80	84	28	80
41	2ª	Esperantina	U E ESTADO DA PARAIBA	259	518	21	22	7	21
42	2ª	Esperantina	U E PETRONIO PORTELA	764	1528	61	64	21	61
43	2ª	Esperantina	U E MARIA DO AMPARO OLIVEIRA	98	196	8	8	3	8
44	2ª	Esperantina	U E SAO RAIMUNDO NONATO	140	280	11	12	4	11
45	2ª	Joaquim Pires	U E DOROTEU SERTAO	537	1074	43	45	15	43
46	2ª	Joaquim Pires	U E JOSE MENDES VASCONCELOS	475	950	38	40	13	38
47	2ª	Joca Marques	U E LEDA NAPOLEAO	381	762	30	32	11	30
48	2ª	Luzilândia	CEJA JOSE LOPES DE ARAUJO	71	142	6	6	2	6
49	2ª	Luzilândia	U E JOAO DE ASSIS MARQUES	529	1058	42	44	15	42
50	2ª	Luzilândia	U E JOAO FRANCISCO	310	620	25	26	9	25
51	2ª	Luzilândia	U E LUIS TEIXEIRA	436	872	35	36	12	35
52	2ª	Madeiro	U E SANTA TERESINHA	549	1098	44	46	15	44
53	2ª	Matias Olímpio	U E JOSE AMAVEL	488	976	39	41	14	39
54	2ª	Morro do Chapéu do Piauí	U E FRANCISCA MARLUCE NUNES QUEIROZ	647	1294	52	54	18	52
55	2ª	Nossa Senhora dos Remédios	U E DEUSA ROCHA	286	572	23	24	8	23
56	2ª	Nossa Senhora dos Remédios	U E PROF ARIMATHEA	471	942	38	39	13	38
57	2ª	Nossa Senhora dos Remédios	U E SIGEFREDO PACHECO	78	156	6	7	2	6
58	2ª	Porto	U E MIGUEL NUNES DE SALES	549	1098	44	46	15	44
59	2ª	São João do Arraial	U E FRANCISCO TOMAZ	534	1068	43	45	15	43
60	2ª	São João do	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DOS	120	240	10	10	3	10

		Arraial	COCAIS						
61	3ª	Brasileira	U E GOV ALBERTO TAVARES SILVA	149	298	12	12	4	12
62	3ª	Brasileira	U E MIGUEL ARCOVERDE	276	552	22	23	8	22
63	3ª	Capitão de Campos	U E PAULO FERRAZ	797	1594	64	66	22	64
64	3ª	Capitão de Campos	U E ARIMATHEIA TITO FILHO	149	298	12	12	4	12
65	3ª	Domingos Mourão	U E MARIA ISAIAS DE JESUS	212	424	17	18	6	17
66	3ª	Lagoa de São Francisco	U E ARTUR GONCALVES DE SOUSA	333	666	27	28	9	27
67	3ª	Milton Brandão	U E PROF MARIA DE LOURDES LEAL NUNES DE ANDRADE BRANDAO	281	562	22	23	8	22
68	3ª	Pedro II	CEEP PROFESSORA ANGELINA MENDES BRAGA	702	1404	56	59	20	56
69	3ª	Pedro II	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA SANTA ANGELA	411	822	33	34	11	33
70	3ª	Pedro II	U E DEPUTADO MILTON BRANDAO	203	406	16	17	6	16
71	3ª	Pedro II	U E MARIA MENDES MOURAO	254	508	20	21	7	20
72	3ª	Pedro II	U E TERTULIANO BRANDAO FILHO	469	938	38	39	13	38
73	3ª	Pedro II	U E PROF PEDRO SOARES	67	134	5	6	2	5
74	3ª	Piracuruca	U E ANISIO BRITO	413	826	33	34	11	33
75	3ª	Piracuruca	CEPRU PROFESSOR ANTONIO DE BRITO FORTES	89	178	7	7	2	7
76	3ª	Piripiri	CEJA PROFESSORA COTA SAMPAIO	220	440	18	18	6	18
77	3ª	Piripiri	U E CASSIANA ROCHA	490	980	39	41	14	39
78	3ª	Piripiri	U E EMB ESPEDITO RESENDE	456	912	36	38	13	36
79	3ª	Piripiri	U E JUDITH ALVES SANTANA	430	860	34	36	12	34
80	3ª	Piripiri	U E PROF NENEM CAVALCANTE	404	808	32	34	11	32
81	3ª	Piripiri	U E PROFESSORA SINHA CARVALHO	123	246	10	10	3	10
82	3ª	Piripiri	CEPRU GOVERNADOR HUGO NAPOLEAO	123	246	10	10	3	10
83	3ª	Piripiri	U E JULIO CESAR DA SILVA	94	188	8	8	3	8
84	3ª	São José do Divino	U E PEDRO MACHADO DE CERQUEIRA	339	678	27	28	9	27
85	4ª	Teresina	CEEP CORINA MACHADO VIEIRA	540	1080	43	45	15	43
86	4ª	Teresina	CEEP PREF JOAO MENDES OLIMPIO DE MELO	1273	2546	102	106	35	102
87	4ª	Teresina	CEJA GAYOSO E ALMENDRA	293	586	23	24	8	23
88	4ª	Teresina	CEJA PROFESSOR ARTUR FURTADO	1330	2660	106	111	37	106
89	4ª	Teresina	CEJA PROFESSOR CLAUDIO FERREIRA	579	1158	46	48	16	46
90	4ª	Teresina	ESC TEC EST DE TEATRO PROF JOSE GOMES CAMPOS	239	478	19	20	7	19
91	4ª	Teresina	U E ANTONIO DILSON FERNANDES	78	156	6	7	2	6
92	4ª	Teresina	U E BARAO DE GURGUEIA	450	900	36	38	13	36
93	4ª	Teresina	U E BENJAMIN BAPTISTA	663	1326	53	55	18	53
94	4ª	Teresina	U E CERQUEIRA DANTAS	117	234	9	10	3	9
95	4ª	Teresina	U E CHAGAS RODRIGUES	134	268	11	11	4	11
96	4ª	Teresina	U E CRISTINO CASTELO BRANCO	472	944	38	39	13	38
97	4ª	Teresina	U E DEP ALBERTO MONTEIRO	265	530	21	22	7	21
98	4ª	Teresina	U E DEPUTADA FRANCISCA TRINDADE	158	316	13	13	4	13
99	4ª	Teresina	U E DESEMBARGADOR HELI SOBRAL	770	1540	62	64	21	62
100	4ª	Teresina	U E DESEMBARGADOR ROBERT CARVALHO FREITAS	219	438	18	18	6	18
101	4ª	Teresina	U E DOM SEVERINO	338	676	27	28	9	27
102	4ª	Teresina	U E FIRMINA SOBREIRA	675	1350	54	56	19	54
103	4ª	Teresina	U E GABRIEL FERREIRA	387	774	31	32	11	31

104	4ª	Teresina	U E GOVERNADOR JOAO CLIMACO DALMEIDA	604	1208	48	50	17	48
105	4ª	Teresina	U E JOEL RIBEIRO	423	846	34	35	12	34
106	4ª	Teresina	U E MATIAS OLIMPIO	310	620	25	26	9	25
107	4ª	Teresina	U E MUNDIM FERRAZ	368	736	29	31	10	29
108	4ª	Teresina	U E PETRONIO PORTELA	247	494	20	21	7	20
109	4ª	Teresina	U E PREFEITO FREITAS NETO	286	572	23	24	8	23
110	4ª	Teresina	U E PROF JAMES AZEVEDO	949	1898	76	79	26	76
111	4ª	Teresina	U E PROFESSOR FELISMINO FREITAS	548	1096	44	46	15	44
112	4ª	Teresina	U E RAIMUNDO WALL FERRAZ	312	624	25	26	9	25
113	4ª	Teresina	U E SANTA MARIA DAS VASSOURAS	305	610	24	25	8	24
114	4ª	Teresina	U E SEVERIANO SOUSA	316	632	25	26	9	25
115	4ª	Teresina	U E CONSELHEIRO SARAIVA	168	336	13	14	5	13
116	5ª	Assunção do Piauí	U E SEBASTIAO ALVES DOS REIS	478	956	38	40	13	38
117	5ª	Assunção do Piauí	U E MILTON SALVIANO DA SILVA	34	68	3	3	1	3
118	5ª	Assunção do Piauí	U E PROFESSOR ANTONIO DOS REIS E SILVA	256	512	20	21	7	20
119	5ª	Buriti dos Montes	U E ANTONIO DEROMI SOARES	365	730	29	30	10	29
120	5ª	Campo Maior	CEJA PROFESSORA MULATA LIMA	413	826	33	34	11	33
121	5ª	Campo Maior	U E 13 DE MARCO	357	714	29	30	10	29
122	5ª	Campo Maior	U E BRIOLANJA GENUINO DE OLIVEIRA	102	204	8	9	3	8
123	5ª	Campo Maior	U E JOSE OLIMPIO DA PAZ	215	430	17	18	6	17
124	5ª	Campo Maior	U E LEOPOLDO PACHECO	240	480	19	20	7	19
125	5ª	Campo Maior	U E PATRONATO N S DE LOURDES	961	1922	77	80	27	77
126	5ª	Campo Maior	U E PAULO FERRAZ	68	136	5	6	2	5
127	5ª	Campo Maior	U E PETRONIO PORTELA	121	242	10	10	3	10
128	5ª	Campo Maior	U E VALDIVINO TITO	112	224	9	9	3	9
129	5ª	Castelo do Piauí	U E EULINA CAMPOS	375	750	30	31	10	30
130	5ª	Castelo do Piauí	U E FRANCISCO SALES MARTINS	589	1178	47	49	16	47
131	5ª	Cocal de Telha	U E JOB DE MACEDO BRITO	262	524	21	22	7	21
132	5ª	Jatobá do Piauí	U E PROFESSOR FRANCISCO LUIS DE OLIVEIRA	321	642	26	27	9	26
133	5ª	Jatobá do Piauí	U E OSCAR GIL CASTELO BRANCO	107	214	9	9	3	9
134	5ª	Juazeiro do Piauí	U E DE JOAO ALVES DE MACEDO FILHO	441	882	35	37	12	35
135	5ª	Nossa Senhora de Nazaré	U E DR JOSE RIBAMAR LOPES	324	648	26	27	9	26
136	5ª	São João da Serra	U E JOAO MARIANO RIBEIRO	632	1264	51	53	18	51
137	5ª	São Miguel do Tapuio	U E DONA ROSAURA MUNIZ BARRETO	630	1260	50	53	18	50
138	5ª	São Miguel do Tapuio	CEEPRU CONEGO CARDOSO	139	278	11	12	4	11
139	5ª	Sigefredo Pacheco	U E DR JERONIMO DOS SANTOS E SILVA	424	848	34	35	12	34
140	5ª	Sigefredo Pacheco	U E DONA FAUSTA DE SOUSA CRUZ	119	238	10	10	3	10
141	6ª	Água Branca	CEJA LUIZ PADRE	265	530	21	22	7	21
142	6ª	Água Branca	U E WALL FERRAZ	404	808	32	34	11	32
143	6ª	Amarante	CEJA OTACILIA RAMOS	288	576	23	24	8	23

144	6ª	Amarante	U E DA COSTA E SILVA	225	450	18	19	6	18
145	6ª	Amarante	U E PROF ANTONIO CASTRO	344	688	28	29	10	28
146	6ª	Angical do Piauí	U E ATILA LIRA	157	314	13	13	4	13
147	6ª	Arraial	U E GONCALO NUNES	169	338	14	14	5	14
148	6ª	Arraial	U E SILVESTRE ROCHA	147	294	12	12	4	12
149	6ª	Francisco Ayres	UNID ESC JOAO PEREIRA DE SOUSA	252	504	20	21	7	20
150	6ª	Hugo Napoleão	U E ANTONIO FREITAS	292	584	23	24	8	23
151	6ª	Jardim do Mulato	U E JOSE BORBA DE CARVALHO	269	538	22	22	7	22
152	6ª	Lagoinha do Piauí	U E MOISANIEL ALVES DE SOUSA	152	304	12	13	4	12
153	6ª	Miguel Leão	U E ESTADO DO ACRE	152	304	12	13	4	12
154	6ª	Olho D'Água do Piauí	U E ADALBERTO CORREIA LIMA	190	380	15	16	5	15
155	6ª	Regeneração	CEEPRU ENGENHEIRO AGRONOMO VALDEMAR CARVALHO	129	258	10	11	4	10
156	6ª	Regeneração	CEJA MARIA DO AMPARO MACEDO SILVA	323	646	26	27	9	26
157	6ª	Regeneração	U E ANTONIO DE NEIVA	338	676	27	28	9	27
158	6ª	Regeneração	UNID ESC ALBERTO LEAL NUNES	399	798	32	33	11	32
159	6ª	Santo Antônio dos Milagres	U E DEP ALBERTO DE MOURA MONTEIRO	285	570	23	24	8	23
160	6ª	Santo Antônio dos Milagres	U E FRANCISCO NUNES	151	302	12	13	4	12
161	6ª	São Gonçalo do Piauí	U E SEBASTIAO CRUZ	304	608	24	25	8	24
162	6ª	São Pedro do Piauí	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DE SAO PEDRO	67	134	5	6	2	5
163	7ª	Aroazes	UNIDADE ESCOLAR JARBAS MARTINS	162	324	13	14	5	13
164	7ª	Aroazes	UNIDADE ESCOLAR JEREMIAS PEREIRA DA SILVA	194	388	16	16	5	16
165	7ª	Aroazes	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA MONTES CLAROS	52	104	4	4	1	4
166	7ª	Barra D'Alcântara	U E FIRMO RODRIGUES SOBREIRA	290	580	23	24	8	23
167	7ª	Elesbão Veloso	CEEP BENEDITO PORTELA LEAL	472	944	38	39	13	38
168	7ª	Elesbão Veloso	U E MOISES LIMA VERDE	333	666	27	28	9	27
169	7ª	Francinópolis	U E LUIS DE CASTRO	369	738	30	31	10	30
170	7ª	Inhuma	U E ANTONIO DE DEUS CARVALHO	330	660	26	28	9	26
171	7ª	Inhuma	U E JOAO DE DEUS CARVALHO	352	704	28	29	10	28
172	7ª	Inhuma	U E MANOEL FERREIRA BARBOSA DE MACEDO	629	1258	50	52	17	50
173	7ª	Lagoa do Sítio	U E MARIANO RABELO DE SEPULVIDA	334	668	27	28	9	27
174	7ª	Novo Oriente do Piauí	U E EUSTACHIO PORTELLA	282	564	23	24	8	23
175	7ª	Novo Oriente do Piauí	U E SENADOR CHAGAS RODRIGUES	307	614	25	26	9	25
176	7ª	Pimenteiras	U E ANTONIO GENTIL DANTAS SOBRINHO	593	1186	47	49	16	47
177	7ª	Pimenteiras	UNIDADE ESCOLAR ENEAS NOGUEIRA	145	290	12	12	4	12
178	7ª	Santa Cruz dos Milagres	U E EUSTAQUIO PORTELA	165	330	13	14	5	13
179	7ª	São Félix do Piauí	U E SATURNINO MOURA	162	324	13	14	5	13
180	7ª	São Miguel da Baixa Grande	U E RITINHA ROSA DE MOURA	143	286	11	12	4	11

181	7ª	Valença do Piauí	CEJA VITORIA DA COSTA LIMA	604	1208	48	50	17	48
182	7ª	Valença do Piauí	UNIDADE ESCOLAR SANTO ANTONIO	511	1022	41	43	14	41
183	7ª	Várzea Grande	U E MARIA CANDIDA	224	448	18	19	6	18
184	8ª	Cajazeiras do Piauí	U E FRANCIVAL RODRIGUES DO NASCIMENTO	232	464	19	19	6	19
185	8ª	Cajazeiras do Piauí	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DOM EDILBERTO III	89	178	7	7	2	7
186	8ª	Campinas do Piauí	U E DR JOSE DE MOURA FE	255	510	20	21	7	20
187	8ª	Colônia do Piauí	U E DR JOSE GUSMAO	382	764	31	32	11	31
188	8ª	Floresta do Piauí	U E WILSON NUNES MARTINS FILHO	169	338	14	14	5	14
189	8ª	Isaías Coelho	U E LUIZ UBIRACI DE CARVALHO	429	858	34	36	12	34
190	8ª	Oeiras	CEEP PROF BALDUINO BARBOSA DE DEUS	318	636	25	27	9	25
191	8ª	Oeiras	CEJA NOGUEIRA TAPETY	245	490	20	20	7	20
192	8ª	Oeiras	U E ARMANDO BURLAMAQUI	272	544	22	23	8	22
193	8ª	Oeiras	U E COSTA ALVARENGA	334	668	27	28	9	27
194	8ª	Oeiras	U E DR JOSE COELHO REIS	130	260	10	11	4	10
195	8ª	Oeiras	U E ORLANDO CARVALHO	316	632	25	26	9	25
196	8ª	Oeiras	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DOM EDILBERTO IV	148	296	12	12	4	12
197	8ª	Santa Rosa do Piauí	U E DOM EDILBERTO DINKELBORG	243	486	19	20	7	19
198	8ª	Santo Inácio do Piauí	U E JOAO DE SOUSA MOURA	252	504	20	21	7	20
199	8ª	Santo Inácio do Piauí	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DOM EDILBERTO V	108	216	9	9	3	9
200	8ª	São João da Varjota	U E SAO JOAO BATISTA	217	434	17	18	6	17
201	8ª	São João da Varjota	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DOM EDILBERTO II	88	176	7	7	2	7
202	8ª	São Miguel do Fidalgo	U E MIGUEL MARINHO	188	376	15	16	5	15
203	8ª	Tanque do Piauí	U E SAO SEBASTIAO	111	222	9	9	3	9
204	9ª	Aroeiras do Itaim	U E SAO JOSE	131	262	10	11	4	10
205	9ª	Bocaina	U E ESTELA NUNES	301	602	24	25	8	24
206	9ª	Bocaina	U E JOMASIO DOS SANTOS BARROS	163	326	13	14	5	13
207	9ª	Campo Grande do Piauí	U E SERAFIM JOSE DE BRITO	220	440	18	18	6	18
208	9ª	Campo Grande do Piauí	U E JOAO JOSE RAMOS	123	246	10	10	3	10
209	9ª	Dom Expedito Lopes	U E DR JOAO CARVALHO	483	966	39	40	13	39
210	9ª	Francisco Santos	U E FRANCO RODRIGUES	154	308	12	13	4	12
211	9ª	Francisco Santos	U E PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO	225	450	18	19	6	18
212	9ª	Geminiano	ESCOLA ESTADUAL PEDRO EVANGELISTA CAMINHA	347	694	28	29	10	28
213	9ª	Ipiranga do Piauí	U E DOM JOAQUIM R DO REGO	455	910	36	38	13	36
214	9ª	Ipiranga do Piauí	U E MANOEL RIBEIRO	282	564	23	24	8	23
215	9ª	Itainópolis	U E ALVARO RODRIGUES DE ARAUJO	208	416	17	17	6	17
216	9ª	Itainópolis	U E PROFESSORA ALAYDE RODRIGUES	517	1034	41	43	14	41
217	9ª	Itainópolis	U E MARIANO BORGES LEAL	75	150	6	6	2	6

218	9ª	Jaicós	U E FRUTUOSO JUSSELINO	619	1238	50	52	17	50
219	9ª	Jaicós	U E LILI SILVEIRA	306	612	24	26	9	24
220	9ª	Jaicós	U E PROF MARIANO DA S NETO	86	172	7	7	2	7
221	9ª	Massapê do Piauí	U E RAFAEL MANOEL DA COSTA	328	656	26	27	9	26
222	9ª	Monsenhor Hipólito	UNIDADE ESCOLAR JOSE ALVES BEZERRA	172	344	14	14	5	14
223	9ª	Paquetá	U E GERALDINO CLEVIS	162	324	13	14	5	13
224	9ª	Picos	CEJA PROF JOSE DE SOUSA BISPO	653	1306	52	54	18	52
225	9ª	Picos	CENTRO ESTADUAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL PETRONIO PORTELA	521	1042	42	43	14	42
226	9ª	Picos	U E ARAUJO LUZ	218	436	17	18	6	17
227	9ª	Picos	U E CEL FRANCISCO SANTOS	894	1788	72	75	25	72
228	9ª	Picos	U E COELHO RODRIGUES	247	494	20	21	7	20
229	9ª	Picos	U E DESEMBARGADOR VIDAL DE FREITAS	536	1072	43	45	15	43
230	9ª	Picos	U E DIRCEU M ARCOVERDE	203	406	16	17	6	16
231	9ª	Picos	U E JOSE DE DEUS BARROS	263	526	21	22	7	21
232	9ª	Picos	U E JULIETA NEIVA NUNES	135	270	11	11	4	11
233	9ª	Picos	U E MIGUEL LIDIANO	365	730	29	30	10	29
234	9ª	Picos	U E NORMAL OFICIAL DE PICOS	210	420	17	18	6	17
235	9ª	Picos	U E OZILDO ALBANO	246	492	20	21	7	20
236	9ª	Picos	U E PETRONIO PORTELA	101	202	8	8	3	8
237	9ª	Picos	U E TERESINHA NUNES	209	418	17	17	6	17
238	9ª	Picos	UNID ESC LANDRI SALES	245	490	20	20	7	20
239	9ª	Santa Cruz do Piauí	UNIDADE ESCOLAR SEVERO MARIA EULALIO	237	474	19	20	7	19
240	9ª	Santa Cruz do Piauí	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DOM EDILBERTO - DONA JANDIRA NUNES MARTINS - EFADE VII	51	102	4	4	1	4
241	9ª	Santana do Piauí	UNID ESC JOAQUIM BORGES DE OLIVEIRA	237	474	19	20	7	19
242	9ª	Santo Antônio de Lisboa	U E MARIA DE CARVALHO	306	612	24	26	9	24
243	9ª	Santo Antônio de Lisboa	U E MIGUEL BORGES DE MOURA	437	874	35	36	12	35
244	9ª	São João da Canabrava	U E JOAO JOSE BATISTA	263	526	21	22	7	21
245	9ª	São José do Piauí	U E HELVIDIO NUNES	266	532	21	22	7	21
246	9ª	São José do Piauí	U E JOAO JOSE DE ALENCAR	387	774	31	32	11	31
247	9ª	São Luís do Piauí	UNID ESC ANTONIO PEREIRA DE ARAUJO	187	374	15	16	5	15
248	9ª	Sussuapara	U E HELVIDIO NUNES	479	958	38	40	13	38
249	9ª	Vera Mendes	U E JOAO ANTONIO DA VERA	188	376	15	16	5	15
250	9ª	Wall Ferraz	U E CLEMENTINO MARTINS	341	682	27	28	9	27
251	10ª	Canavieira	U E MARIANO JOSE ROBERTO	421	842	34	35	12	34
252	10ª	Flores do Piauí	U E SANTO ANTONIO	257	514	21	21	7	21
253	10ª	Floriano	CEEP CALISTO LOBO	1425	2850	114	119	40	114
254	10ª	Floriano	CEJA PROFESSORA SOCORRO MENDES	375	750	30	31	10	30
255	10ª	Floriano	U E DJALMA NUNES	305	610	24	25	8	24
256	10ª	Floriano	U E MIRTES DEMES	163	326	13	14	5	13
257	10ª	Floriano	U E MONSENHOR LINDOLFO UCHOA	156	312	12	13	4	12
258	10ª	Floriano	U E OSVALDO DA COSTA E SILVA	459	918	37	38	13	37
259	10ª	Floriano	U E ZEZINHO VASCONCELOS	103	206	8	9	3	8
260	10ª	Guadalupe	U E CARLOS FRANCO	129	258	10	11	4	10
261	10ª	Guadalupe	U E JOAO PINHEIRO	252	504	20	21	7	20
262	10ª	Guadalupe	CEEPRU FREI JOSE APICELLA	532	1064	43	44	15	43
263	10ª	Itaueira	U E MONSENHOR UCHOA	500	1000	40	42	14	40

264	10ª	Jerumenha	U E SEBASTIAO ROCHA LEAL	247	494	20	21	7	20
265	10ª	Landri Sales	U E DR JOSE PINHEIRO MACHADO	548	1096	44	46	15	44
266	10ª	Marcos Parente	U E JOAO MARTINS	440	880	35	37	12	35
267	10ª	Nazaré do Piauí	U E JOAO LEAL	270	540	22	23	8	22
268	10ª	Pavussu	U E JOSE SALUSTIANO DA SILVA	189	378	15	16	5	15
269	10ª	Rio Grande do Piauí	U E PADRE PEDRO DA SILVA OLIVEIRA	291	582	23	24	8	23
270	10ª	Rio Grande do Piauí	U E RUI BARBOSA	378	756	30	32	11	30
271	10ª	São Francisco do Piauí	U E MARIO COELHO NETO	368	736	29	31	10	29
272	10ª	São José do Peixe	U E LUIS SOARES DA SILVA	237	474	19	20	7	19
273	11ª	Antônio Almeida	U E FRUTUOSO SILVA	189	378	15	16	5	15
274	11ª	Baixa Grande do Ribeiro	CENTRO ESTADUAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL DO CERRADO CEEP DO CERRADO	182	364	15	15	5	15
275	11ª	Baixa Grande do Ribeiro	U E PRESIDENTE VARGAS	646	1292	52	54	18	52
276	11ª	Bertolínia	U E FLORISA SILVA	338	676	27	28	9	27
277	11ª	Bertolínia	CENTRO ESTADUAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL RURAL PROF MARIA AMALIA	194	388	16	16	5	16
278	11ª	Porto Alegre do Piauí	U E RAIMUNDO NEIVA DE SOUSA	148	296	12	12	4	12
279	11ª	Ribeiro Gonçalves	U E CELSO ANTUNES DE SOUSA	465	930	37	39	13	37
280	11ª	Sebastião Leal	U E IRAPUA	194	388	16	16	5	16
281	11ª	Uruçuí	U E JOSE PATRICIO FRANCO	820	1640	66	68	23	66
282	11ª	Uruçuí	UNIDADE ESCOLAR CICERO COELHO	87	174	7	7	2	7
283	12ª	Bela Vista do Piauí	U E OLEGARIO AURELIANO DE SOUSA	189	378	15	16	5	15
284	12ª	Brejo do Piauí	UNIDADE ESC PROFESSOR ABELARDO PEREIRA	285	570	23	24	8	23
285	12ª	Campo Alegre do Fidalgo	U E VERONICA CELESTINA DIAS	341	682	27	28	9	27
286	12ª	Canto do Buriti	CEEP MARIA CHAVES	175	350	14	15	5	14
287	12ª	Canto do Buriti	U E CEL AGOSTINHO VALENTE	148	296	12	12	4	12
288	12ª	Canto do Buriti	U E FLORISA SILVA	225	450	18	19	6	18
289	12ª	Canto do Buriti	U E NONATO VALENTE	491	982	39	41	14	39
290	12ª	Canto do Buriti	U E ALCIDES JOSE DE MOURA	40	80	3	3	1	3
291	12ª	Canto do Buriti	U E LUCIA MARIA OLIVEIRA	127	254	10	11	4	10
292	12ª	Capitão Gervásio Oliveira	U E ALFREDO CARLOS ALENCAR	249	498	20	21	7	20
293	12ª	João Costa	U E JOAQUIM MALAQUIAS	236	472	19	20	7	19
294	12ª	Lagoa do Barro do Piauí	U E PROFESSORA ISABEL RIBEIRO DE JESUS	213	426	17	18	6	17
295	12ª	Nova Santa Rita	U E TERESINHA DE JESUS SOARES AMORIM	271	542	22	23	8	22
296	12ª	Paes Landim	U E HELVIDIO NUNES	386	772	31	32	11	31
297	12ª	Paes Landim	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DOM EDILBERTO - DONA MORENA - EFADE VI	52	104	4	4	1	4
298	12ª	Pajeú do	U E CIPRIANO VIEIRA DE SA	297	594	24	25	8	24

		Piauí							
299	12ª	Pedro Laurentino	U E PROFA MARIA BERONISIA DE SOUSA	107	214	9	9	3	9
300	12ª	Pedro Laurentino	U E EXPEDITO CRONEMBERGER DOS REIS	218	436	17	18	6	17
301	12ª	São João do Piauí	CEEP DEP FCO ANTONIO PAES LANDIM NETO	529	1058	42	44	15	42
302	12ª	São João do Piauí	CEJA PROFESSOR ADAIL COELHO MAIA	119	238	10	10	3	10
303	12ª	São João do Piauí	U E SALOMAO CARVALHO	258	516	21	22	7	21
304	12ª	São João do Piauí	UNIDADE ESCOLAR SEN DIRCEU ARCOVERDE	264	528	21	22	7	21
305	12ª	São João do Piauí	U E AGENOR DA SILVA	138	276	11	12	4	11
306	12ª	São João do Piauí	U E BARTOLOMEU DA SILVA	183	366	15	15	5	15
307	12ª	São João do Piauí	U E PAULO FREIRE	78	156	6	7	2	6
308	12ª	São João do Piauí	CEEPRU FRANCISCA TRINDADE	87	174	7	7	2	7
309	12ª	São João do Piauí	U E HELENA MARIA DA CRUZ	71	142	6	6	2	6
310	12ª	Simplicio Mendes	CEEPRU ALCIDES VIEIRA DE MOURA	100	200	8	8	3	8
311	12ª	Simplicio Mendes	NUCLEO DE EDUCACAO PROFISSIONAL ARNALDO FERREIRA DE CARVALHO	96	192	8	8	3	8
312	12ª	Simplicio Mendes	U E NOEME MADEIRA MOURA FE	325	650	26	27	9	26
313	12ª	Simplicio Mendes	UNIDADE ESCOLAR PROFESSOR LUIZ UBIRACI DE CARVALHO	158	316	13	13	4	13
314	12ª	Socorro do Piauí	U E AMERICO JOSE DE SOUSA	156	312	12	13	4	12
315	12ª	Socorro do Piauí	U E FRANCISCO TEIXEIRA	197	394	16	16	5	16
316	13ª	Anísio de Abreu	U E LETICIA MACEDO	700	1400	56	58	19	56
317	13ª	Bonfim do Piauí	CENTRO EDUCACIONAL GASPARINO FERREIRA	185	370	15	15	5	15
318	13ª	Caracol	U E ANTONIO SOARES ROCHA	520	1040	42	43	14	42
319	13ª	Coronel José Dias	U E MARGARIDA DA SILVA COSTA	400	800	32	33	11	32
320	13ª	Dirceu Arcoverde	U E DR BARROSO	416	832	33	35	12	33
321	13ª	Dom Inocêncio	U E DOM INOCENCIO	220	440	18	18	6	18
322	13ª	Dom Inocêncio	U E MARIA DE OLIVEIRA RODRIGUES	391	782	31	33	11	31
323	13ª	Dom Inocêncio	UNIDADE ESCOLAR PROFESSORA HILDERACI DA COSTA E SILVA	53	106	4	4	1	4
324	13ª	Fartura do Piauí	U E AREOLINO F BRAGA	302	604	24	25	8	24
325	13ª	Jurema	U E ENSINO MEDIO DE JUREMA	265	530	21	22	7	21
326	13ª	São Braz do Piauí	U E FRANCISCO ANTONIO DA SILVA	125	250	10	10	3	10
327	13ª	São Lourenço do Piauí	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA SERRA DA CAPIVARA	73	146	6	6	2	6
328	13ª	São Lourenço do Piauí	U E MALAQUIAS RIBEIRO DAMASCENO	227	454	18	19	6	18
329	13ª	São Raimundo Nonato	CEEP GERCILIO DE CASTRO MACEDO	1000	2000	80	83	28	80
330	13ª	São Raimundo Nonato	U E EDITH NOBRE DE CASTRO	139	278	11	12	4	11
331	13ª	São	U E PROF DEOLINDO LIMA	72	144	6	6	2	6

		Raimundo Nonato							
332	13ª	São Raimundo Nonato	U E PROF JOSE LEANDRO DEUSDARA	402	804	32	34	11	32
333	13ª	São Raimundo Nonato	U E PROFESSORA MARIA DE CASTRO RIBEIRO	340	680	27	28	9	27
334	13ª	Tamboril do Piauí	U E MARIA DE SOUSA ANDRADE	270	540	22	23	8	22
335	13ª	Várzea Branca	U E JOSE MARQUES	205	410	16	17	6	16
336	14ª	Alvorada do Gurguéia	U E AGRICOLA DO DNOCS	303	606	24	25	8	24
337	14ª	Bom Jesus	U E ARACI LUSTOSA	482	964	39	40	13	39
338	14ª	Bom Jesus	U E JOAQUIM PARENTE	792	1584	63	66	22	63
339	14ª	Bom Jesus	U E JOSE LUSTOSA ELVAS FILHO	631	1262	50	53	18	50
340	14ª	Colônia do Gurguéia	CEEPRU PE JOSE DE ANCHIETA CORTEZ	306	612	24	26	9	24
341	14ª	Colônia do Gurguéia	UNIDADE ESCOLAR AGOSTINHO REIS	188	376	15	16	5	15
342	14ª	Cristino Castro	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA VALE DO GURGUEIA	51	102	4	4	1	4
343	14ª	Cristino Castro	U E INTEGRADO ADENAUER	296	592	24	25	8	24
344	14ª	Cristino Castro	U E JOAQUIM PARENTE	417	834	33	35	12	33
345	14ª	Cristino Castro	U E JOSE FRANCISCO DE MIRANDA	208	416	17	17	6	17
346	14ª	Currais	U E HELIO FIGUEIREDO DA FONSECA	200	400	16	17	6	16
347	14ª	Eliseu Martins	U E NOSSA SENHORA DE FATIMA	211	422	17	18	6	17
348	14ª	Eliseu Martins	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DE ELISEU MARTINS	78	156	6	7	2	6
349	14ª	Manoel Emídio	U E ANTONIO BORGES LEAL	432	864	35	36	12	35
350	14ª	Palmeira do Piauí	U E MARTIN PINHEIRO	200	400	16	17	6	16
351	14ª	Palmeira do Piauí	UNID ESC MIGUEL OLIVEIRA	118	236	9	10	3	9
352	14ª	Redenção do Gurguéia	U E JOSE SOARES	412	824	33	34	11	33
353	14ª	Redenção do Gurguéia	U E MARCOS PARENTE	256	512	20	21	7	20
354	14ª	Redenção do Gurguéia	U E PETRONIO PORTELA	292	584	23	24	8	23
355	14ª	Santa Luz	U E ARSENIO SANTOS	151	302	12	13	4	12
356	14ª	Santa Luz	U E PROF IRACI BARROS PINTO	198	396	16	17	6	16
357	15ª	Avelino Lopes	U E DEP FERNANDO MONTEIRO	444	888	36	37	12	36
358	15ª	Avelino Lopes	U E DIAMANTINO GAMA	302	604	24	25	8	24
359	15ª	Barreiras do Piauí	U E CRISTAN BARREIRA PARENTE	138	276	11	12	4	11
360	15ª	Barreiras do Piauí	U E JOAQUIM DIAS PARENTE	269	538	22	22	7	22
361	15ª	Corrente	U E MANOEL DA CUNHA	266	532	21	22	7	21
362	15ª	Corrente	UNID ESC CEL JUSTINO CAVALCANTE BARROS	402	804	32	34	11	32
363	15ª	Corrente	UNIDADE ESCOLAR DES JOAO PACHECO CAVALCANTE	156	312	12	13	4	12
364	15ª	Corrente	UNIDADE ESCOLAR JOAQUIM ANTONIO LUSTOSA	468	936	37	39	13	37
365	15ª	Cristalândia do Piauí	U E CEL JOSE NOGUEIRA	234	468	19	20	7	19
366	15ª	Cristalândia do Piauí	U E OBERLIM DA CUNHA NOGUEIRA	215	430	17	18	6	17
367	15ª	Curimatá	U E ALIRIO GUERRA DE MACEDO	614	1228	49	51	17	49

368	15ª	Gilbués	U E FAUSTO LUSTOSA	574	1148	46	48	16	46
369	15ª	Gilbués	U E LUSTOSA SOBRINHO	294	588	24	25	8	24
370	15ª	Júlio Borges	U E BENEDITO OLIVEIRA	227	454	18	19	6	18
371	15ª	Monte Alegre do Piauí	U E HUGO NAPOLEAO	472	944	38	39	13	38
372	15ª	Monte Alegre do Piauí	U E SENADOR CHAGAS RODRIGUES	193	386	15	16	5	15
373	15ª	Monte Alegre do Piauí	U E PETRONIO PORTELA	115	230	9	10	3	9
374	15ª	Morro Cabeça no Tempo	U E LEDA NAPOLEAO	223	446	18	19	6	18
375	15ª	Parnaguá	U E RAIMUNDO LUSTOSA NOGUEIRA	488	976	39	41	14	39
376	15ª	Parnaguá	U E ARISTIDES PEREIRA DE SOUSA	72	144	6	6	2	6
377	15ª	Riacho Frio	U E ANTONIO MASCARENHAS	175	350	14	15	5	14
378	15ª	Riacho Frio	U E PROF DELFINA SOBREIRA DE QUEIROZ	174	348	14	15	5	14
379	15ª	Santa Filomena	U E PROF LOURENCO FILHO	292	584	23	24	8	23
380	15ª	São Gonçalo do Gurguéia	U E HERMINIO BARREIRA	131	262	10	11	4	10
381	15ª	Sebastião Barros	U E RAIMUNDO DA PAZ NOGUEIRA	216	432	17	18	6	17
382	16ª	Alagoinha do Piauí	U E ALENCAR MOTA	406	812	32	34	11	32
383	16ª	Alegrete do Piauí	U E ANTONIA DE SOUSA ALENCAR	399	798	32	33	11	32
384	16ª	Belém do Piauí	U E SEBASTIAO DE SOUSA	378	756	30	32	11	30
385	16ª	Caldeirão Grande do Piauí	U E WALDEMAR DE MOURA SANTOS	405	810	32	34	11	32
386	16ª	Francisco Macedo	U E MARIA NEUSA DE SOUSA	124	248	10	10	3	10
387	16ª	Fronteiras	CEEP FRANCISCO ALVES DE SOUSA - CHICO ABILIO	356	712	28	30	10	28
388	16ª	Fronteiras	CEJA CAROLINA MARIA BEZERRA	498	996	40	42	14	40
389	16ª	Marcolândia	U E COSMA RAMOS DE SOUSA	738	1476	59	62	21	59
390	16ª	Padre Marcos	U E CONSTANCIO CARVALHO	237	474	19	20	7	19
391	16ª	Padre Marcos	U E DR FRANCISCO LUIZ DE MACEDO	268	536	21	22	7	21
392	16ª	Pio IX	CEJA TERESA ROSADO SIMOES	308	616	25	26	9	25
393	16ª	Pio IX	U E FRANCISCO SUASSUNA DE MELO	262	524	21	22	7	21
394	16ª	São Julião	U E ALICE ROCHA	312	624	25	26	9	25
395	16ª	São Julião	U E APRIGIO PEREIRA BEZERRA	393	786	31	33	11	31
396	16ª	Simões	CENTRO ESTADUAL EDUCACIONAL PROFISSIONAL PROFESSORA MARIA AUZENI DE SOUSA	181	362	14	15	5	14
397	16ª	Simões	U E JOSE BENTO DE CARVALHO FILHO	417	834	33	35	12	33
398	16ª	Simões	U E LUIS LOPES DOS REIS	276	552	22	23	8	22
399	16ª	Simões	U E RAUL SERGIO	544	1088	44	45	15	44
400	16ª	Vila Nova do Piauí	UNID ESC LUIZ UBIRACI DE CARVALHO	352	704	28	29	10	28
401	17ª	Acauã	U E ANTONIO RODRIGUES FILHO	323	646	26	27	9	26
402	17ª	Betânia do Piauí	U E PROFESSOR FRANCISCO JOSE TIBURCIO	391	782	31	33	11	31
403	17ª	Caridade do Piauí	U E MARIA JUSCELINA DE ALBUQUERQUE E SILVA	377	754	30	31	10	30

404	17ª	Conceição do Canindé	UNIDADE ESCOLAR CELESTINO FILHO	316	632	25	26	9	25
405	17ª	Curral Novo do Piauí	U E SAO FRANCISCO DE ASSIS	326	652	26	27	9	26
406	17ª	Jacobina do Piauí	U E SEVERO ROCHA	237	474	19	20	7	19
407	17ª	Patos do Piauí	U E REUNIDA DE PATOS	135	270	11	11	4	11
408	17ª	Patos do Piauí	U E MARTINHO VIEIRA	189	378	15	16	5	15
409	17ª	Paulistana	CEJA HELENA G ROSENO DE OLIVEIRA	260	520	21	22	7	21
410	17ª	Paulistana	UNIDADE ESCOLAR PROFESSORA MARIA DE SOCORRO DE CARVALHO	51	102	4	4	1	4
411	17ª	Paulistana	U E ELIAS RAIMUNDO DE LIMA	108	216	9	9	3	9
412	17ª	Queimada Nova	U E TOMAZ FRANCISCO DE SOUSA	380	760	30	32	11	30
413	17ª	São Francisco de Assis do Piauí	U E CIRILA MARIA DE JESUS	194	388	16	16	5	16
414	17ª	São Francisco de Assis do Piauí	U E PROF VICENTE GUALBERTO RIBEIRO	140	280	11	12	4	11
415	18ª	Alto Longá	U E ACRISIO VERAS	982	1964	79	82	27	79
416	18ª	Alto Longá	U E CANTIDIO SARAIVA	164	328	13	14	5	13
417	18ª	Altos	CEEP PIO XII	444	888	36	37	12	36
418	18ª	Altos	U E AFONSO MAFRENSE	610	1220	49	51	17	49
419	18ª	Altos	U E ALTINA PESTANA	963	1926	77	80	27	77
420	18ª	Altos	U E ANISIO LIMA	128	256	10	11	4	10
421	18ª	Altos	U E CAZUZA BARBOSA	463	926	37	39	13	37
422	18ª	Altos	U E HUGO NAPOLEAO	215	430	17	18	6	17
423	18ª	Altos	U E MARIO RAULINO	562	1124	45	47	16	45
424	18ª	Barro Duro	U E BENEDITO MARTINS NAPOLEAO	714	1428	57	60	20	57
425	18ª	Barro Duro	U E NOEMIA DO CARMO SANTANA	249	498	20	21	7	20
426	18ª	Beneditinos	U E LUIZ ALVES DE ALMEIDA	711	1422	57	59	20	57
427	18ª	Beneditinos	U E PROF MANOEL NASCIMENTO	190	380	15	16	5	15
428	18ª	Coivaras	U E RAIMUNDO MARTINS	398	796	32	33	11	32
429	18ª	Curralinhos	U E MENINO JOAO PEDRO	358	716	29	30	10	29
430	18ª	Demerval Lobão	U E ANTONIETA RIBEIRO MORAES	528	1056	42	44	15	42
431	18ª	Demerval Lobão	U E DOMINGOS ALVES DA COSTA	387	774	31	32	11	31
432	18ª	Demerval Lobão	UNID ESCOLA JACOB BARBOSA	115	230	9	10	3	9
433	18ª	Demerval Lobão	U E LUCAS MEIRELES	158	316	13	13	4	13
434	18ª	José de Freitas	U E GOV PEDRO FREITAS	682	1364	55	57	19	55
435	18ª	José de Freitas	U E FIRMO JOSE DA CUNHA	126	252	10	11	4	10
436	18ª	Lagoa Alegre	U E ELON MACHADO MOITA	928	1856	74	77	26	74
437	18ª	Lagoa do Piauí	U E FRANCISCO LUIS DE MORAES	127	254	10	11	4	10
438	18ª	Miguel Alves	U E PIO XII	1361	2722	109	113	38	109
439	18ª	Miguel Alves	U E JOAQUINA LIRA DE CARVALHO	242	484	19	20	7	19
440	18ª	Miguel Alves	U E JOSE RODRIGUES DA SILVA	277	554	22	23	8	22
441	18ª	Monsenhor Gil	U E DR NORONHA FILHO	308	616	25	26	9	25
442	18ª	Monsenhor Gil	U E RAIMUNDO PESSOA	276	552	22	23	8	22
443	18ª	Nazária	U E HILTON LEITE DE CARVALHO	497	994	40	41	14	40
444	18ª	Nazária	U E ANTONIO VITORIO DE	570	1140	46	48	16	46

			SOUSA						
445	18ª	Palmeirais	U E OZANDIR TEIXEIRA	176	352	14	15	5	14
446	18ª	Palmeirais	U E SEBASTIAO SOARES RIBEIRO	442	884	35	37	12	35
447	18ª	Palmeirais	U E LUIZ FERNANDES BORGES NASCIMENTO	117	234	9	10	3	9
448	18ª	Passagem Franca do Piauí	U E COSTA E SILVA	298	596	24	25	8	24
449	18ª	Pau D'Arco do Piauí	U E CEZAR LEAL	296	592	24	25	8	24
450	18ª	Prata do Piauí	U E AMANDO MOURA	200	400	16	17	6	16
451	18ª	União	CEPRU MANOEL OTAVIO	195	390	16	16	5	16
452	18ª	União	CEJA LUIS CARLOS BOA VISTA R MONTEIRO	424	848	34	35	12	34
453	18ª	União	U E BARAO DE GURGUEIA	570	1140	46	48	16	46
454	18ª	União	U E FILINTO REGO	872	1744	70	73	24	70
455	18ª	União	U E MARCOS PARENTE	732	1464	59	61	20	59
456	18ª	União	UNID ESC MARIA CASTELO BRANCO MEDEIROS	27	54	2	2	1	2
457	18ª	União	U E CELSA LEMOS	200	400	16	17	6	16
458	18ª	União	U E PROFA ELISA SOUSA	382	764	31	32	11	31
459	18ª	União	UNIDADE ESCOLAR DR EZEQUIAS COSTA	146	292	12	12	4	12
460	19ª	Teresina	CEEP EM SAUDE MONS JOSE LUIS BARBOSA CORTEZ	1229	2458	98	102	34	98
461	19ª	Teresina	CEEP PAULO FERRAZ	477	954	38	40	13	38
462	19ª	Teresina	CEJA PROF MARIA RODRIGUES DAS MERCEDES	1064	2128	85	89	30	85
463	19ª	Teresina	CEJA PROFESSORA SHIRLEY COSTA E SILVA	678	1356	54	57	19	54
464	19ª	Teresina	U E DE ENSINO MEDIO SANTA FE	145	290	12	12	4	12
465	19ª	Teresina	U E DEP PAULO HENRIQUE PAES LANDIM	107	214	9	9	3	9
466	19ª	Teresina	U E DESEMBARGADOR HENRIQUE COUTO	325	650	26	27	9	26
467	19ª	Teresina	U E DOM HELDER CAMARA	343	686	27	29	10	27
468	19ª	Teresina	U E DOMICIO MAGALHAES DE MELO	556	1112	44	46	15	44
469	19ª	Teresina	U E ESTADO DE SAO PAULO	908	1816	73	76	25	73
470	19ª	Teresina	U E GODOFREDO FREIRE	100	200	8	8	3	8
471	19ª	Teresina	U E GOV ALBERTO TAVARES E SILVA	139	278	11	12	4	11
472	19ª	Teresina	U E INTEGRADO ANGELIM	66	132	5	6	2	5
473	19ª	Teresina	U E JOAO EMILIO FALCAO COSTA	98	196	8	8	3	8
474	19ª	Teresina	U E JORNALISTA JOAO EMILIO FALCAO	73	146	6	6	2	6
475	19ª	Teresina	U E JOSE CANDIDO FERRAZ	200	400	16	17	6	16
476	19ª	Teresina	U E LOURIVAL PARENTE	647	1294	52	54	18	52
477	19ª	Teresina	U E MARIA DINA SOARES	991	1982	79	83	28	79
478	19ª	Teresina	U E MONSENHOR CICERO PORTELA NUNES	397	794	32	33	11	32
479	19ª	Teresina	U E NAIR GONCALVES	346	692	28	29	10	28
480	19ª	Teresina	U E PADRE ANTONIO JOSE DO REGO	384	768	31	32	11	31
481	19ª	Teresina	U E PADRE LUIDINO DI GUIDI	95	190	8	8	3	8
482	19ª	Teresina	U E PROFA OSMARINA	182	364	15	15	5	15
483	19ª	Teresina	U E PROFA ROSANGELA REIS	98	196	8	8	3	8
484	19ª	Teresina	U E PROFESSOR AGRIPINO OLIVEIRA	189	378	15	16	5	15
485	19ª	Teresina	U E PROFESSOR ANTONIO MARIA MADEIRA	324	648	26	27	9	26
486	19ª	Teresina	U E PROFESSOR JOSE CAMILO DA SILVEIRA FILHO	166	332	13	14	5	13
487	19ª	Teresina	U E PROFESSOR MELO MAGALHAES	204	408	16	17	6	16
488	19ª	Teresina	U E PROFESSOR TOMAZ AREA	94	188	8	8	3	8

			LEAO FILHO						
489	19ª	Teresina	U E PROFESSORA AUREA FREIRE	196	392	16	16	5	16
490	19ª	Teresina	U E PROFESSORA AURISTELA SOARES	693	1386	55	58	19	55
491	19ª	Teresina	U E RESIDENCIAL ESPLANADA	99	198	8	8	3	8
492	19ª	Teresina	U E SIGEFREDO PACHECO	303	606	24	25	8	24
493	19ª	Teresina	U E NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	131	262	10	11	4	10
494	20ª	Teresina	CEJA PROF ANGELINA DE MOURA LEAL	339	678	27	28	9	27
495	20ª	Teresina	ESCOLA FAMILIA DE TURISMO - EFTUR	107	214	9	9	3	9
496	20ª	Teresina	U E CALUZINHA FREIRE	661	1322	53	55	18	53
497	20ª	Teresina	U E DE ENSINO MEDIO VILA MARIA	113	226	9	9	3	9
498	20ª	Teresina	U E DEP JOAQUIM GOMES CALADO	313	626	25	26	9	25
499	20ª	Teresina	U E GERVASIO COSTA	330	660	26	28	9	26
500	20ª	Teresina	U E MELVIN JONES	257	514	21	21	7	21
501	20ª	Teresina	U E PROF JOSE CAMILLO DA SILVEIRA FILHO	326	652	26	27	9	26
502	20ª	Teresina	U E PROFESSOR RAIMUNDO PORTELA	260	520	21	22	7	21
503	20ª	Teresina	U E PROFESSORA MARIA DE LOURDES REBELO	769	1538	62	64	21	62
504	20ª	Teresina	U E VILA PARAISO	178	356	14	15	5	14
505	20ª	Teresina	UNIDADE ESCOLAR PEDRA MOLE	291	582	23	24	8	23
506	20ª	Teresina	UNIDADE ESCOLAR TAQUARI	161	322	13	13	4	13
507	20ª	Teresina	UNIDADE ESCOLAR VALE DO GAVIAO	187	374	15	16	5	15
508	20ª	Teresina	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DE BAIXAO DO CARLOS	317	634	25	26	9	25
509	20ª	Teresina	ESCOLA FAMILIA AGRICOLA DO SOINHO	57	114	5	5	2	5
510	20ª	Teresina	U E CAMPESTRE NORTE	79	158	6	7	2	6
511	20ª	Teresina	U E MARCOS RODRIGUES COELHO	139	278	11	12	4	11
512	20ª	Teresina	U E SANTA FILOMENA	173	346	14	14	5	14
513	20ª	Teresina	U E SANTA TERESA	289	578	23	24	8	23
514	21ª	Teresina	CEEP JOSE PACIFICO DE MOURA NETO	1159	2318	93	97	32	93
515	21ª	Teresina	CEEP PROFESSOR RUY LEITE BERGER FILHO	391	782	31	33	11	31
516	21ª	Teresina	CEJA FRANCISCO CESAR DE ARAUJO	436	872	35	36	12	35
517	21ª	Teresina	CEJA PROF MARIA DO CARMO REVERDOSA DA CRUZ	642	1284	51	54	18	51
518	21ª	Teresina	U E ANTONIO DE ALMENDRA FREITAS	426	852	34	36	12	34
519	21ª	Teresina	U E LUCIDIO PORTELLA	219	438	18	18	6	18
520	21ª	Teresina	U E NOSSA SENHORA DA PAZ	502	1004	40	42	14	40
521	21ª	Teresina	U E POLIVALENTE PRES CASTELO BRANCO	123	246	10	10	3	10
522	21ª	Teresina	U E SANTA INES	858	1716	69	72	24	69
523	21ª	Teresina	U E SAO SEBASTIAO	176	352	14	15	5	14
524	21ª	Teresina	UNIDADE ESCOLAR DEPUTADO TERTULIANO MILTON BRANDAO	155	310	12	13	4	12
525	21ª	Teresina	UNIDADE ESCOLAR FONTES IBIAPINA	239	478	19	20	7	19
526	21ª	Teresina	U E AREOLINO LEONCIO DA SILVA	109	218	9	9	3	9
527	21ª	Teresina	U E ARTHUR MEDEIROS CARNEIRO	204	408	16	17	6	16
528	21ª	Teresina	U E JOAO ADROALDO PIRES SOARES	83	166	7	7	2	7
529	21ª	Teresina	U E PROFESSOR FLORESTAN FERNANDES	149	298	12	12	4	12
Total:				177.084	354.168	14.167	14.757	4.919	14.167

ANEXO 3

1- Kit Pedagógico Tempo Integral:

1.1.1. Distribuição do quantitativo de Kits por escola:

TABELA 01 - Distribuição nas escolas pertencentes ao Programa de Fomento as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)

Nº	Cód. INEP	Município	Nome da Escola	Qnt. Matrículas
1	22137947	Buriti dos Lopes	CETI DEPUTADA FRANCISCA TRINDADE	200
2	22136037	Cocal	CETI PINHEIRO MACHADO	951
3	22014470	Luís Correia	CETI ZULMIRA XAVIER	142
4	22014535	Parnaíba	CETI LIMA REBELO	243
5	22015892	Parnaíba	CETI JOSE EUCLIDES DE MIRANDA	640
6	22001603	Barras	CETI NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	388
7	22002049	Batalha	CETI CONSELHEIRO SARAIVA	436
8	22004815	Esperantina	CETI JOSE NOGUEIRA DE AGUIAR	363
9	22128760	Luzilândia	CETI PROF CLEONICE DE CASTRO TELES	203
10	22011048	Porto	CETI OTAVIO FALCAO	540
11	22038124	Pedro II	CETI TERTULIANO SOLON BRANDAO	210
12	22016724	Piracuruca	CETI HESICHIA DE SOUSA BRITO	810
13	22017011	Piracuruca	CETI INES MARIA DE SOUSA ROCHA	211
14	22010467	Piripiri	CETI JOSE NARCISO DA ROCHA FILHO	322
15	22010483	Piripiri	CETI BAURELIO MANGABEIRA	125
16	22027700	Teresina	CETI PROFESSOR EDGAR TITO	307
17	22028366	Teresina	CETI HELVIDIO NUNES	253
18	22310754	Teresina	CETI JOSE PEREIRA DA SILVA	401
19	22032339	Campo Maior	CETI RAIMUNDINHO ANDRADE	156
20	22035907	Castelo do Piauí	CETI CONEGO CARDOSO	282
21	22135324	São João da Serra	CETI PROF UBIRACI CARVALHO	245
22	22040676	São Miguel do Tapuio	CETI LIMA REBELO	749
23	22041222	Agricolândia	CETI JOAO FERRY	486
24	22042385	Amarante	CETI POLIVALENTE	276
25	22042679	Angical do Piauí	CETI DEMERVAL LOBAO	565
26	22046445	São Pedro do Piauí	CETI LANDRI SALES	928
27	22041621	Água Branca	CETI MONSENHOR BOSON	420
28	22080449	Oeiras	CETI FARMACEUTICO JOAO CARVALHO	216
29	22093354	Jaicós	CETI ANISIO DE ABREU	84
30	22085777	Monsenhor Hipólito	CETI JOSE ALVES BEZERRA	196
31	22082131	Picos	CETI MARIO MARTINS	111
32	22082549	Picos	CETI MARCOS PARENTE	189
33	22058095	Floriano	CETI FAUZER BUCAR	174
34	22058141	Floriano	CETI BUCAR NETO	380
35	22053620	Uruaú	CETI CICERO COELHO	163
36	22067671	Canto do Buriti	CETI BEIJA VALENTE	239
37	22118900	Simplicio Mendes	CETI JOSE ATANASIO DE SANTANA	207
38	22072667	São Raimundo Nonato	CETI MODERNA	319
39	22088814	Fronteiras	CETI FRANCISCA PEREIRA DE SOUSA MORAIS	142
40	22086528	Pio IX	CETI NOSSA SENHORA DO PATROCINIO	629
41	22134646	Paulistana	CETI LUCINETE SANTANA DA SILVA	638
42	22018220	Altos	CETI RAMA BOA	383
43	22135383	Benedictinos	CETI PEDRO MENDES PESSOA	196
44	22020942	José de Freitas	CETI ANTONIO FREITAS	611
45	22008730	Miguel Alves	CETI CECILIA LACERDA	159
46	22029982	União	CETI FENELON CASTELO BRANCO	153
47	22027262	Teresina	CETI MOACI MADEIRA CAMPOS	206
48	22022007	Teresina	CETI PROF BALDUINO BARBOSA DE DEUS	448
49	22025308	Teresina	CETI GOVERNADOR DIRCEU MENDES ARCOVERDE	458
50	22026878	Teresina	CETI MONS RAIMUNDO NONATO MELO	369
51	22027327	Teresina	CETI PROFESSOR JOCA VIEIRA	149
52	22028455	Teresina	CETI PROF JOSE AMAVEL	363
53	22131159	Teresina	CETI PEDRA MOLE	219
54	22135499	Teresina	CETI PROF ANTONIO TARCISO PEREIRA E SILVA	285
55	22143394	Teresina	CETI PORTAL DA ESPERANCA	130
56	22143416	Teresina	CETI PROF PAULO MACHADO DE RESENDE	205
57	22027343	Teresina	CETI PROFA MARIA DA CONCEICAO SALOME	206
58	22027475	Teresina	CETI DIDACIO SILVA	724

Nº	Cód. INEP	Município	Nome da Escola	Qnt. Matrículas
59	22027556	Teresina	CETI MARIA MODESTINA BEZERRA	511
60	22027610	Teresina	CETI PROFESSOR PIRES DE CASTRO	588
61	22027661	Teresina	CETI PROF PINHEIRO MACHADO	162
62	22028137	Teresina	CETI DR FONTES IBIAPINA	224
TOTAL				21.288

Fonte: Dados do Censo 2021.

TABELA 02 - Distribuição nos demais Centros Estaduais de Tempo Integral.

Nº	Cód. INEP	Município	Nome da Escola	Qnt. Matrículas
1	22136002	Cocal dos Alves	CETI AUGUSTINHO BRANDAO	505
2	22015809	Parnaíba	CETI POLIVALENTE LIMA REBELO	219
3	22136703	Barras	CETI FRANCISCA TRINDADE	364
4	22010505	Piripiri	CETI DES JOSE DE ARIMATHEA TITO	243
5	22131035	São João da Fronteira	CETI SAO JOAO BATISTA	237
6	22022376	Teresina	CETI ZACARIAS DE GOIS	477
7	22027602	Teresina	CETI PEQUENA RUBIM	463
8	22129650	Boa Hora	CETI PEDRO COELHO DE RESENDE	1161
9	22033998	Campo Maior	CETI CANDIDO BORGES CASTELO BRANCO	313
10	22045686	Regeneração	CETI AURORA BARBOSA DE OLIVEIRA	269
11	22050922	Valença do Piauí	CETI DONA MARIA ANTONIETA TORRES DOS REIS VELOSO	485
12	22080333	Oeiras	CETI DESEMBARGADOR PEDRO SA	320
13	22133968	Oeiras	CETI ROCHA NETO	276
14	22083022	Santa Cruz do Piauí	CETI SEVERO MARIA EULALIO	291
15	22058192	Floriano	CETI JACOB DEMES	180
16	22053484	Uruçuí	CETI MARIA PIRES LIMA	448
17	22100083	São João do Piauí	CETI SENADOR JOSE CANDIDO FERRAZ	187
18	22131450	Guaribas	CETI PAULO FREIRE	244
19	22062610	Bom Jesus	CETI FRANKLIN DORIA	328
20	22120114	Corrente	CETI DR DIONISIO RODRIGUES NOGUEIRA	540
21	22076450	Curimatá	CETI DESEMBARGADOR AMARAL	367
22	22098704	Paulistana	CETI PAULISTANA	109
23	22020969	José de Freitas	CETI FERDINAND FREITAS	1098
24	22028820	Teresina	CETI PADRE JOAQUIM NONATO GOMES	319
25	22029125	Teresina	CETI SOLANGE SINIMBU VIANA AREA LEAO	398
26	22256725	Teresina	CETI JOAO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA	337
27	22022120	Teresina	CETI GOVERNADOR FREITAS NETO	384
28	22027319	Teresina	CETI PROFESSOR DARCY ARAUJO	242
29	22028960	Teresina	CETI MARIA MELO	71
30	22021990	Teresina	CETI JOAO MENDES OLIMPIO DE MELO	276
31	22027297	Teresina	CETI PROFESSOR RALDIR CAVALCANTE BASTOS	376
32	22027653	Teresina	CETI PROF MILTON AGUIAR	246
33	22027777	Teresina	CETI PROFA JULIA NUNES ALVES	377
34	22028145	Teresina	CETI DUQUE DE CAXIAS	137
TOTAL				12.287



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JOSÉ MENDES NETA - Matr.0232621-3, Diretora**, em 24/11/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6003098** e o código CRC **15BA3102**.

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº
(XXX) QUE
CELEBRAM
ENTRE SI, DE
UM LADO,
COMO
CONTRATANTE,
O ESTADO DO
PIAUÍ, POR
INTERMÉDIO
DA
SECRETARIA
DE ESTADO
DA
EDUCAÇÃO, E
DO OUTRO,
COMO
CONTRATADA,
A EMPRESA
(XXXX.)

O Estado do Piauí, por intermédio da **Secretaria de Estado da Educação - SEDUC**, inscrita no CNPJ n. 06.554.729/0001-96, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, com sede localizada, Av. Pedro Freitas s/n, Centro Administrativo Blocos D/F, CEP: 64.018-900, Teresina, Piauí, neste ato representado por seu Secretário, **Ellen Gera de Brito Mourta**, nomeado pelo Decreto de nº 83, de 6 de maio de 2019, pag.03, publicada no DOE de 06 de maio de 2019, com efeitos a partir de 02 de maio de 2019, portador da Carteira de Identidade nº 1.718.170/PI, inscrito no CPF nº 913.307.003-25, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI nº e em observância às disposições da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, *do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013*, da Lei n. 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e do Decreto Estadual n. 15.093, de 21 de fevereiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de material didático para a formação de kit pedagógico para os estudantes matriculados nas Escolas do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Escolas do Tempo Integral da Rede Pública do Estado do Piauí**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1					
2					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com **12 (doze) meses**, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2 O prazo de execução deste Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com prazo de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela empresa Contratada.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do estado do Piauí, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

2.1 Processo Administrativo n. 00011.055916/2021-19 - Contratação para o Ensino Básico:

Nota de Reserva: 00960

Unidade Orçamentária: 14102 - Recursos para o Desenvolvimento da Educação Básica;

Programa de Trabalho: 12.361.0002.2955 - Apoio ao Educando Ensino Fundamental;

Natureza: 339030 - Material de Consumo;

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro Estadual;

Detalhamento da Fonte: 000025 - Recursos Precatórios FUNDEF;

PI: 2955

Valor Global: R\$ 523.933,47

Nota de Reserva: 00898

Unidade Orçamentária: 14102 - Recursos para o Desenvolvimento da Educação Básica;

Programa de Trabalho: 12.362.0002.2956 - Apoio ao Educando Ensino Médio;

Natureza: 339030 - Material de Consumo;

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro Estadual;

Detalhamento da Fonte: 000025 - Recursos Precatórios FUNDEF;

PI: 2956

Valor Global: R\$ 4.411.424,13

2.2 Processo Administrativo n. 00011.042932/2021-33 - Contratação para o Ensino do Tempo Integral

Nota de Reserva: 01290

Unidade Orçamentária: 14102 - Recursos para o Desenvolvimento da Educação Básica;

Programa de Trabalho: 12.368.0002.1957 - Expansão e Melhoria das Escolas de Educação de Tempo Integral;

Natureza: 339030 - Material de Consumo;

Fonte de Recursos: 110 - Recursos de Convênio - Tempo Integral

Detalhamento da Fonte: 170707 - Expandir as escolas de tempo integral em regime de colaboração;

PI: 1957

Valor Global: R\$ 409.248,68

Nota de Reserva: 02036

Unidade Orçamentária: 14102 - Recursos para o Desenvolvimento da Educação Básica;

Programa de Trabalho: 12.368.0002.1957 - Expansão e Melhoria das Escolas de Educação de Tempo Integral;

Natureza: 339030 - Material de Consumo;

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro Estadual;

Detalhamento da Fonte: 000025 - Recursos Precatórios FUNDEF;

PI: 1957

Valor Global: R\$ 586.585,82

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 **Poderá ser exigida a prestação de garantia** na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial competente, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da comarca de Teresina-PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 01 (uma) via eletrônica de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Teresina-PI, de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO - Matr.0171745-6, Gerente**, em 08/09/2022, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5325770** e o código CRC **83D94A15**.

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão social e CNPJ:

Telefone:

Pessoa para contato:

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PREÇO:

Item	Descrição detalhada do Objeto incluindo marca/modelo e fabricante	Unidade	Quant	Preço	
				Unitário	Total
TOTAL					

Razão social:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Email:

Conta Bancária:

Agência:

Banco:

Representante Legal:

Endereço:

RG:

CPF:

Telefone:

Email:

ENTREGA E GARANTIA:

Prazo de entrega:

Período de garantia:

VALIDADE DA PROPOSTA:

Prazo de validade: não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS:

Nos preços propostos acima estão incluídos todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

DECLARAÇÃO:

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

(Local e data)

(Assinatura do Representante Legal, com NOME COMPLETO)



Documento assinado eletronicamente por **LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO - Matr.0171745-6, Gerente**, em 08/09/2022, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5325813** e o código CRC **E68C9E3E**.

MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇO E ORDEM DE FORNECIMENTO

Processo nº 00011.044987/2022-69

ANEXO IV

MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERIVÇO XXXX - XXX/202X

Solicitação: xxx/202x	Data: xxx/xxx/202x
Processo de Contratação: xxxxx	Tipo: Ordem de Fornecimento
Licitação: xxxx	Processo de Licitação: xxxx
Modalidade Licitatória: xxxxx	Base Legal: xxxxx

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	
Lei n. 10.520/2022	Modalidade Pregão
Decreto Federal n. 10.024/2019	Modalidade Pregão Eletrônico
Lei Estadual n. 7.482/2021	Modalidade Pregão Eletrônico
Lei n. 8.666/93	Contratação
Lei n. 8.078/90	Código de Defesa do Consumidor
Decreto Estadual n. 15.093, de 21/02/2013	Gestão e Fiscalização de Contratos

DADOS DO CREDOR		
CNPJ: xxxx	Razão Social: xxx	
Endereço: xxxx	Cidade: xxx	Telefone: xxx
		Email: xxx
Representante: xxxx	CPF: xxxx	RG: xxxx

DADOS BANCÁRIOS		
Instituição Bancária: xxxx	Agência: xxxx	Conta Bancária: xxxx

AUTORIZAÇÃO

Autorizo, de ordem do Sr. Secretário de Estado da Educação do Piauí, a execução do objeto para a **aquisição de equipamentos para Salas de Recursos Multifuncionais e Centro de Atendimento Educacional Especializado do Estado do Piauí**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e Anexos do **Pregão Eletrônico n. xx/202x**, Processo Administrativo n. xxx.

DO VALOR CONTRATADO

O valor total da presente contratação é de R\$ (xxx) xxxx.

O valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

DOS PRAZOS

Prazo de Vigência: xxx (xxx) dias

Prazo de Entrega/Execução: xxx (xxx) dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Gestão/Unidade: xxx	xxx (descrição conforme NR)
Programa de Trabalho: xxx	xxx (descrição conforme NR)
Natureza: xxx	xxx (descrição conforme NR)
Fontes de Recursos: xxx	xxx (descrição conforme NR)
Detalhamento da Fonte: xxx	xxx (descrição conforme NR)

DO OBJETO

Item	Descrição do Objeto	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
1.	xxxxxxx	xxx und.	R\$ xxx	xxx

DO ENDEREÇO PARA ENTREGA

Almoxarifado Geral da SEDUC/PI, Rua Gilbratar, n. 3230, Conjunto Dirceu I, Bairro: Itararé, CEP: 64.077-045, Teresina - PI. Telefone: (86) 3216-3376/9497

DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA	
As condições de Pagamento, Reajuste, Garantia de Execução, Entrega e Recebimento, Fiscalização, Obrigações e Sanções são estabelecidas no Termo de Referência.	

(Nota Explicativa: incluir o quadro acima quando a opção da contratação for unicamente a Ordem de Serviço ou Fornecimento e a Nota de Empenho)

DAS CLÁUSULAS GERAIS	
Da Rescisão	A contratação poderá ser rescindida conforme arts. 77 a 79 da Lei n. 8.666/93.
Da Vedação	Fica vedada à Contratada interrupção da execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.
Das Alterações	Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei n. 8.666/93.
Dos Casos Omissões	Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo a legislação da Fundamentação Legal.
Da Publicação	O extrato deste instrumento será publicado em Diário Oficial competente.
Do Foro	Comarca de Teresina-PI

(Nota Explicativa: incluir o quadro acima quando a opção da contratação for unicamente a Ordem de Serviço ou Fornecimento)

Setor Solicitante:	Setor de Emissão: GPRP
Gestor(a): xxxx	Operador Digitador: xxxx



Documento assinado eletronicamente por **LEOVIDIO BEZERRA LIMA NETO - Matr.0171745-6, Gerente**, em 08/09/2022, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5325853** e o código CRC **66FA5E95**.